



Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira

Gilson Carvalho

Um déficit de 160 bilhões de reais no SUS

Jairnilson Paim

“O maior desafio do Sistema Único de Saúde hoje, no Brasil, é político”

José Gomes Temporão

“A construção do SUS é um processo histórico”

E mais:

>> **Cecília Avenatti de Palumbo:**

Interdisciplinaridade e interpretação: Paul Ricoeur em diálogo com Hans Urs von Balthasar

>> **Fabiana Thomé da Cruz:**

O Slow Food e o alimento bom, limpo e justo

Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira

Criado na Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde - SUS há mais de 20 anos consegue atender praticamente 90% de todos aqueles que o procuram. Mesmo assim, ainda enfrenta muitos desafios, sendo que os principais são de ordem financeira, política e de gestão.

Para refletir sobre os rumos do SUS, a IHU On-Line convidou alguns pesquisadores e especialistas no tema, que contribuem com suas ideias sobre o que é o SUS, quais seus avanços e desafios. Para **Gilson Carvalho**, médico pediatra e de saúde pública, ainda não chegamos a implantar o SUS constitucional. “Estamos longe dele”, afirma. Já o professor da Universidade Federal da Bahia, **Jairnilson Paim**, destaca que “o maior desafio do Sistema Único de Saúde hoje, no Brasil, é político”. Enquanto isso, a médica-sanitarista **Ligia Bahia** constata que o orçamento da Seguridade Social, embora formalizado em todas as leis orçamentárias, jamais foi executado. Por sua vez, o ex-ministro da saúde, **José Gomes Temporão**, considera que a sociedade brasileira precisa ampliar sua compreensão da importância política e social do SUS para o futuro do Brasil. **Virginia Fontes**, professora na Universidade Federal Fluminense, também contribui para o debate.

Publicamos nesta edição uma entrevista com a pesquisadora argentina **Cecília Palumbo**, sobre o diálogo intelectual entre **Paul Ricoeur** e **Hans Urs von Balthasar**, e outra entrevista com o professor **Guilherme Vaccaro**, do PPG em Engenharia de Produção e Sistemas da Unisinos, sobre o 1º Fórum Brasil-Coreia do Sul: Oportunidades e Impactos no Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores no Brasil, do qual é coordenador.

A engenheira de alimentos **Fabiana Thomé da Cruz** concede uma entrevista sobre o tema Repensando a qualidade dos alimentos e da alimentação: o “bom, limpo e justo” na perspectiva do Movimento Slow Food, que pauta dois eventos da próxima quinta-feira, 20 de outubro, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

O filósofo espanhol e professor no PPG em Filosofia da Unisinos, **Castor Bartolomé Ruiz**, no artigo O arquivo e a testemunha, sintetiza a sessão desta semana do evento Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana, a ser realizado nesta segunda-feira, dia 17 de outubro.

“A economia política dos trabalhadores da mídia chinesa” é o título do artigo de autoria de Yao Jianhua, doutorando no departamento de sociologia da Queen’s University, em Kingston, província de Ontário, Canadá, e colaborador com o Grupo Cepos, da Unisinos.

A todas e a todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graziela@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães (thamirism@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patrícia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Rafaela Kley e Stefanie Telles. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no site www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Gilson Carvalho: Um déficit de 160 bilhões de reais no SUS

PÁGINA 06 | Jairnilson Paim: “O maior desafio do Sistema Único de Saúde hoje, no Brasil, é político”

PÁGINA 10 | José Gomes Temporão: “A construção do SUS é um processo histórico”

PÁGINA 11 | Ligia Bahia: “O SUS nos tornará mais humanos e, portanto, mais brasileiros”

PÁGINA 12 | Virgínia Fontes: Uma conquista e seus limites

B. Destaques da semana

» Entrevistas da Semana

PÁGINA 17 | Cecília Avenatti de Palumbo: Interdisciplinaridade e interpretação: Paul Ricoeur em diálogo com Hans Urs von Balthasar

PÁGINA 20 | Guilherme Vaccaro: Semicondutores estreitam laços entre Brasil e Coreia

» Coluna do Cepos

PÁGINA 22 | Yao Jianhua: A economia política dos trabalhadores da mídia chinesa

» Destaques On-Line

PÁGINA 24 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 30 | Castor Bartolomé Ruiz: A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito

PÁGINA 36 | Fabiana Thomé da Cruz: O Slow Food e o alimento bom, limpo e justo



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Um déficit de 160 bilhões de reais no SUS

Para Gilson Carvalho, ainda não chegamos a implantar o SUS constitucional. “Estamos longe dele”, afirma

POR GRAZIELA WOLFART

A partir de uma visão sobre o orçamento e o financiamento da saúde no Brasil, o médico Gilson Carvalho considera que o melhor caminho para a saúde em nosso país hoje “é a União colocar mais recursos para a saúde, como já foi prescrito anteriormente e nunca cumprido no pós-constitucional, até cair na fórmula atual, que é bem menor e insuficiente”. Na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line, Carvalho faz a seguinte comparação: “os planos de saúde gastaram, no ano passado, 71 bilhões de reais para 45 milhões de beneficiários, o que resulta em 1.560,00 reais por beneficiário a cada ano. Se usarmos este mesmo valor para os 191 milhões de brasileiros, precisaríamos de 298 bilhões de reais que, subtraído dos 138 bi utilizados, dariam 160 bilhões de reais de déficit. Se o SUS utilizasse o mesmo valor per capita dos planos de saúde que não cuidam de tudo, principalmente da saúde coletiva, precisaria de mais 160 bilhões”. E constata: “para resolver o problema da saúde pública no Brasil, precisamos de mais Brasil (condições de saúde dos brasileiros), mais saúde-SUS (usar mais e melhor o modelo SUS), mais eficiência, mais honestidade e mais dinheiro”.

Gilson Carvalho é médico pediatra e de saúde pública. Também é consultor do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems. Ele adota a política do copyleft em seus textos, disponíveis no site www.idisa.org.br. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual sua opinião sobre a Emenda Constitucional número 29? Quais os melhores caminhos para financiar a saúde no Brasil?

Gilson Carvalho - Não estamos discutindo agora a EC-29 que já foi aprovada e está em vigor desde 2000. O que discutimos desde 2003 é a regulamentação da EC-29 que deveria acontecer até 2004 e que não aconteceu até hoje. O melhor caminho é a União colocar mais recursos para a saúde, como já foi prescrito anteriormente e nunca cumprido no pós-constitucional até cair na fórmula atual, que é bem menor e insuficiente.

IHU On-Line - Como se calcula o orçamento do SUS hoje? De onde vem o dinheiro e quanto custa, por ano, para o governo manter o sistema?

Gilson Carvalho - A regra em vigor hoje é a União entrar com o mesmo recurso aplicado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB. O estado deveria colocar 12%, no mínimo, de suas receitas e os municípios no mínimo 15%. O

custo no ano passado foi de 138 bilhões de reais com o dinheiro das três esferas, o que se mostra insuficiente.

IHU On-Line - Que comparação se pode fazer entre os gastos da saúde pública com os gastos dos planos de saúde?

Gilson Carvalho - Os planos de saúde gastaram, no ano passado, 71 bilhões de reais para 45 milhões de beneficiários, o que resulta em 1.560,00 reais por beneficiário a cada ano. Se usarmos este mesmo valor para os 191 milhões de brasileiros, precisaríamos de 298 bilhões de reais que, subtraído dos 138 bi utilizados, dariam 160 bilhões de reais de déficit. Se o SUS utilizasse o mesmo valor *per capita* dos planos de saúde que não cuidam de tudo, principalmente da saúde coletiva, precisaria de mais 160 bilhões.

IHU On-Line - Qual a principal lacuna entre o SUS que queremos e o SUS que temos?

Gilson Carvalho - Ainda não chegamos a

implantar o SUS constitucional. Estamos longe dele. Não conseguimos ainda ser suficientes e muitas vezes somos ineficientes. Poderíamos, pelo menos, melhorar a qualidade do que já estamos fazendo e aí temos que reconhecer que muita coisa em que falhamos na qualidade não dependeria de mais dinheiro.

IHU On-Line - O que mais prejudica o bom funcionamento do SUS: a insuficiência de recursos ou a ineficiência do uso dos recursos disponíveis (gestão)?

Gilson Carvalho - O SUS sofre dos dois problemas e sofre junto. Não ousou quantificar os dois. Tenho divulgado uma síntese deste pensamento numa “lei” que criei que é a lei dos cinco mais. Para resolver o problema da saúde pública no Brasil, precisamos de mais Brasil (condições de saúde dos brasileiros), mais saúde-SUS (usar mais e melhor o modelo SUS), mais eficiência, mais honestidade e mais dinheiro.

IHU On-Line - O senhor vê a neces-

“Não conseguimos ainda ser suficientes e muitas vezes somos ineficientes”

sidade de mudanças no SUS? O que faria parte de possíveis alterações no sistema?

Gilson Carvalho - A maior mudança no SUS que defendo é que façamos mais SUS. Até para dizer que precisa ser mudado temos que primeiro usá-lo ou provar que seja impossível implantá-lo e implementá-lo.

IHU On-Line - Pensando nos rumos do SUS, o senhor considera a integralidade e a universalidade como realmente possíveis na atenção à saúde em nosso país?

Gilson Carvalho - Essas duas palavras são centrais na definição do sistema e significam o tudo para todos. Não discuto o para todos (universalidade), mas discuto o tudo, pois temos tido sérios distúrbios nele. Tenho defendido que a integralidade deva ser regulada como manda a Constituição Federal. E mostro e luto contra os distúrbios da integralidade: integralidade trincada (as trincas limitadoras em que se procura dar menos que o tudo por n motivos até mesmo pela venda de serviços, como é o caso da farmácia popular, da dupla porta em São Paulo); a integralidade truncada, onde hora se entende que deva se fazer tudo, inclusive os condicionantes e determinantes com dinheiro da saúde ou as restrições que impedem os gastos com atividades meio específicas da saúde; e, finalmente, a integralidade turbinada pelo interesse econômico de fabricantes, comerciantes, profissionais e serviços de saúde.

LEIA MAIS...

>> Sobre o SUS e a área da saúde leia também:

* SUS: 20 anos de curas e batalhas. **IHU On-Line** número 260, de 02-06-2008, disponível em <http://bit.ly/nJETA>;

* Saúde Coletiva. Uma proposta integral e transdisciplinar de cuidado. **IHU On-Line** número 233, de 27-08-2007, disponível em <http://bit.ly/nu5ebE>.

“O maior desafio do Sistema Único de Saúde hoje, no Brasil, é político”

Jairnilson Paim define o SUS como um sistema que tem como característica básica o fato de ter sido criado a partir de um movimento da sociedade civil e não do Estado, de governo ou de partido

POR GRAZIELA WOLFART

“É um sistema que foi institucionalizado a partir da Constituição de 1988, resultante de um amplo movimento social, que envolveu estudantes, profissionais de saúde, setores populares, professores e pesquisadores, defendendo o direito à saúde”. É dessa forma que o professor e

médico Jairnilson Paim define o Sistema Único de Saúde - SUS. Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, Paim menciona que “há uma particularidade hoje de que ninguém no Brasil, em público, é contra o SUS. Todo mundo hoje é a favor do SUS e isso é um paradoxo, porque é um SUS que todo mundo é a favor, mas que tem tanta dificuldade de ser desenvolvido”. E completa: “hoje oferecemos no SUS desde vacinas até transplantes. Temos toda uma gama de serviços de saúde, além da assistência médica. Temos vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, temos um conjunto de bancos de sangue com qualidade de atendimento, toda a parte de formação de recursos humanos, pesquisas em ciência e tecnologia. No entanto, esse sistema não pode fazer milagres enquanto for restringido em termos de financiamento e com os problemas de gestão”.

Jairnilson Silva Paim possui graduação e mestrado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professor no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e coordenador de Grupo de Pesquisa em Planejamento, Gestão e Avaliação em Saúde. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que é o SUS, como o senhor o define?

Jairnilson Paim - É um sistema que foi institucionalizado a partir da Constituição de 1988, resultante de um amplo movimento social, que envolveu estudantes, profissionais de saúde, setores populares, professores e pesquisadores, defendendo o direito à saúde. A partir deste movimento social se conseguiu incluir na Constituição um conjunto de princípios e diretrizes para a organização de um sistema de saúde. Da década de 1990 em diante, foi possível ir implantan-

do de forma progressiva essa nova organização do sistema de serviços de saúde no Brasil. Nesse sistema, dentre os princípios que mais se destacam, encontram-se a universalidade - saúde como um direito de todos, com acesso universal -, a igualdade - dar serviços iguais para todos -, a participação social e a descentralização. Além desses grandes princípios, temos outra orientação, que é a integralidade. Então, é um sistema que tem como característica básica o fato de ter sido criado a partir de um movimento da sociedade civil e não

do Estado, de governo ou de partido.

IHU On-Line - O que o SUS ainda não faz e que deveria fazer para que se alcance uma saúde pública de qualidade?

Jairnilson Paim - Qualquer sistema de saúde é montado em cima de, pelos menos, cinco componentes: a infraestrutura, onde temos um conjunto de estabelecimentos, equipamentos, força de trabalho, ciência e tecnologia, que permitem, portanto, a prestação dos serviços à população; o financiamento, que é o que faz manter e ampliar essa infraestrutura, pagar pessoal, comprar medicamentos e material de consumo; a gestão, que diz respeito para onde se vai conduzir esse sistema, se vai ter um caráter mais público ou se vai ficar refém do setor privado, se será um sistema com uma gestão participativa, descentralizada, ou se é piramidal, vertical; a organização dos serviços, no sentido de como vamos estruturar esse sistema, se será em redes, se terá relações entre a atenção básica e a atenção especializada, como se garantirá a referência, como se regulará o atendimento (através de uma central de consultas ou de internações); e um quinto componente, que seria um dos mais centrais por ser aquele que a população mais “sente na pele”, é o modelo de atenção, ou seja, como vamos combinar um conjunto de tecnologias para resolver os problemas das pessoas, mas, sobretudo, tendo um cuidado para que elas se sintam acolhidas no serviço de saúde. Em todos esses cinco componentes o SUS ainda tem problemas. Mas na conjuntura atual, a questão do financiamento é central. Se não resolvermos o problema do financiamento do Sistema Único de Saúde, não haverá como fazer milagres para atender a todos, com todos os serviços que a população merece.

IHU On-Line - O senhor afirma que há vários tipos de SUS dentro do SUS. Que tipos são esses?

Jairnilson Paim - Esses vários tipos de SUS dentro do SUS representam concepções tanto dos dirigentes, quanto da mídia ou dos próprios profissionais da saúde e, por que não dizer, da po-

“Se não resolvermos o problema do financiamento do Sistema Único de Saúde, não há como fazer milagres para atender a todos, com todos os serviços que a população merece”

pulação. Na realidade, são representações sociais acerca desse sistema que estamos tratando aqui. Portanto, tem um SUS que está na lei, na Constituição, na Lei Orgânica da Saúde, e que ainda não é o sistema que efetivamente encontramos “na prática”; temos um SUS que eu chamo “um SUS pobre para pobres”, que é um sistema onde faltam recursos e sobram filas, as pessoas não são bem atendidas e muitos acham que é para ser assim mesmo, porque como é um sistema que ainda não é para todos, os pobres, ao serem atendidos, ainda ficam agradecidos, achando que receberam um bom atendimento, e para esse tipo de concepção qualquer coisa para pobre serve e ponto. Esse sistema não é o que foi concebido nem na legislação, nem pelo movimento da reforma sanitária. Tem também o SUS que está na cabeça dos gestores, que eu chamo de “o SUS real”, em que a saúde da economia é mais importante que a saúde do povo. Na hora em que se vai designar uma quantidade de recursos, se pensa mais no orçamento e no equilíbrio financeiro do que na saúde da população. Esse é o SUS refém da área econômica de cada governo que tem passado pelo Brasil. Esse SUS também é um “SUS Real” - e eu faço o trocadilho com a realidade e com o nome da moeda brasileira -, dos conchavos políticos, das indicações para cargos de comissão, para cargos de confiança, em que há um uso da saúde como moeda de troca entre partidos

e entre governantes. E quando se faz alguma crítica a esse SUS se é considerado um sonhador, porque a realidade é assim mesma: deve ser garantida a governabilidade, etc. E há o SUS que foi gerado pelo movimento da reforma sanitária, que ainda não foi inteiramente implantado e se encontra ameaçado numa encruzilhada sobre a qual a sociedade brasileira terá que debater mais para saber qual o sistema de saúde que ela efetivamente quer. Essas são concepções acerca do SUS. E como essas ideias que estão na cabeça das pessoas influenciam na hora de tomar decisões, há uma disputa simbólica entre os vários atores sociais sobre qual é o SUS que se defende. Há uma particularidade hoje de que ninguém no Brasil, em público, é contra o SUS. Todo mundo hoje é a favor do SUS e isso é um paradoxo, porque é um SUS que todo mundo é a favor, mas que tem tanta dificuldade de ser desenvolvido.

IHU On-Line - Como era a área da saúde no Brasil antes da criação e implementação do SUS? O que mais ele mudou?

Jairnilson Paim - Isso é importante, porque nós só podemos examinar um sistema, no caso do SUS em particular, em termos de comparação, analisando como era antes de ser implantado. Ou também se pode comparar o nosso sistema com outros sistemas de saúde do mundo. Essa é uma via inteligente de perceber até mesmo o que conseguimos avançar no sistema único de saúde. Quando tínhamos o Instituto de Assistência Médica da Previdência Social - Inamps e antes dele o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, e antes desse o chamado Instituto de Aposentadorias de Pensões dos Comerciantes, Bancários e Marítimos, só quem tinha acesso a serviços de saúde, à assistência médica - que não é igual a direito a saúde - eram os trabalhadores urbanos que tivessem vínculo formal com o mercado de trabalho. Se, naquela época, a maior parte da população vivia na área rural ou nas cidades do interior e a população urbana somente é quem tinha acesso, já se vê por aí o quanto era excludente o sistema de saúde brasileiro. Além disso,

mesmo as pessoas que morassem em área urbana, mas fossem, por exemplo, empregadas domésticas, ou que estivessem desempregadas, ou ainda que trabalhassem no mercado informal, não tinham acesso aos serviços de saúde. A única forma para que algumas dessas pessoas pudessem ter acesso era ou numa emergência ou num serviço filantrópico, numa Santa Casa, ou num hospital beneficente. Quando eu comecei a trabalhar na área de saúde como médico, um simples exame de eletrocardiograma exigia que a pessoa fosse atendida no Hospital Universitário e fizesse uma consulta para solicitar esse exame. Esse é um simples exemplo do quanto se avançou em termos de acesso de oferta de serviços. Hoje, oferecemos no SUS desde vacinas até transplantes. Temos toda uma gama de serviços de saúde, além da assistência médica. Temos vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, temos um conjunto de bancos de sangue com qualidade de atendimento, toda a parte de formação de recursos humanos, pesquisas em ciência e tecnologia. No entanto, esse sistema não pode fazer milagres enquanto for restringido em termos de financiamento e com os problemas de gestão a que me referi anteriormente.

IHU On-Line - Como a sociedade brasileira vê o SUS?

Jairnilson Paim - A maneira como a sociedade vê o SUS é aquela com que as classes dominantes veem o Sistema Único de Saúde. Essa ideologia presente na sociedade está sendo produzida constantemente pela mídia. A mídia aproveita as deficiências do SUS para fazer uma ampla difusão do que está nas aparências. É evidente que se você chega num hospital público, numa emergência, a mídia não está inventando, nem mentindo em destacar a dificuldade do acesso das pessoas naquela emergência, as macas e as pessoas deitadas no corredor, no chão. No entanto, o que a mídia faz é mostrar o que aparece. Ela não está muito interessada em perguntar por que isso ocorre e por que aquele fato está sendo realizado e produzido. Ela não quer saber dos elementos que eu coloquei antes, que compõem o sistema

“A maneira como a sociedade vê o SUS é aquela com que as classes dominantes veem o Sistema Único de Saúde”

de saúde. Ela não quer saber por que o financiamento é deficitário em relação ao SUS. Ela não quer saber que, em um ano, o governo federal gasta quase a metade do seu orçamento para pagar juros da dívida em vez de pagar as necessidades da área social. A mídia não tematiza isso, porque ela é vinculada aos interesses dominantes da sociedade, que ganham e se ampliam com esse tipo de modelo econômico. A explicação das razões pelas quais estamos com esses problemas no SUS não aparece na mídia. O que aparece é a falta disso e daquilo, a falta de equipamentos, de pessoal, de medicamentos. Nós, da universidade, temos a obrigação de ir além da aparência, por meio da ciência. Quando fazemos pesquisas, produzimos conhecimento que não é aquele do senso comum com o qual a mídia trabalha. Não estou fazendo uma crítica à mídia. São enfoques diferentes que nós, da universidade, temos ao examinar o SUS e o enfoque que a mídia precisa para vender imagem e atender aqueles que patrocinam os seus programas. Então, o que a sociedade discute em relação ao SUS não é o SUS em toda a sua complexidade, mas o SUS fabricado por essas imagens e por esses símbolos que os órgãos de comunicação realizam. Tem uma frase muito comum que diz: *good news, no news*, ou seja, boas notícias não são notícia. Segundo o IBGE, mais de 90% das pessoas que procuraram o serviço de saúde nas últimas semanas foram atendidas. Isso garante que temos um sistema de saúde bastante acessível, com a cobertura muito grande. Mas se a mídia fizer uma entrevista, ela não vai pegar os 90% que foram atendidos; vai pegar exatamente os 5 ou 10% que não foram atendidos.

IHU On-Line - Os princípios de equidade e universalidade são cumpridos pelo SUS efetivamente?

Jairnilson Paim - O princípio da universalidade está garantido hoje na Constituição, na Lei Orgânica, que garante o sistema para todos. O SUS não segmenta dizendo que quem tem plano de saúde não pode ser atendido pelo sistema público de saúde, como em alguns países da América Latina. No Brasil, o SUS é para todos. Se alguns têm plano de saúde porque podem pagar é uma opção desses 26% da população. Até mesmo para essas pessoas que têm plano de saúde, quando os planos têm obstáculos, ou quando são atendidas na emergência, elas vão para o SUS; quando precisam de vacina, vão para o SUS. O sistema de saúde brasileiro é universal. Essa é uma característica fundamental. No entanto, quando se tem carência ou restrição de recursos, essa universalidade vai ficar mais limitada. Esse é um ponto central para diferenciarmos o nosso sistema de saúde com outros do mundo. O outro princípio, que é o da equidade, não está no capítulo de saúde da Constituição, nem está na Lei Orgânica da Saúde número 8080/90. O princípio da equidade é introduzido no Sistema Único de Saúde através de normas operacionais com as quais o SUS foi implantado. Não conheço nenhum país do mundo que, a partir da equidade, se chegasse à universalidade. Mas podemos ter um sistema de saúde universal, como o brasileiro, e na medida em que ele vai avançando e organizando suas ações com base em critérios epidemiológicos para poder alocar recursos, vai alcançando uma equidade no sentido de tratar igualmente aqueles que são desiguais.

IHU On-Line - Quais são os maiores desafios que o SUS enfrenta? O financiamento é o maior deles?

Jairnilson Paim - O maior desafio do Sistema Único de Saúde hoje, no Brasil, é político, porque garantir financiamento para um sistema, que tem que passar por um conjunto de negociações e de interesses no Congresso Nacional, no Executivo, no pacto de federação com estados, municípios, União, implica em uma decisão essencialmente

política. É preciso redefinir as relações público-privadas. O SUS sustenta muitos dos serviços do setor privado, particularmente os planos de saúde. Os tratamentos mais caros vão para o SUS e não para os planos de saúde que são pagos. Ou ainda se formos considerar que no sistema de saúde, na sua relação público/privado, o estado brasileiro faz renúncia fiscal, ou seja, deixa de recolher impostos que as pessoas, as famílias ou as empresas deveriam fazê-lo. Com isso está dando subsídios ao setor privado para que ele venha crescer. Essa relação é eminentemente política e, portanto, vai precisar de um acúmulo de forças para modificar essa situação que não é favorável ao SUS. Se temos como perspectiva do SUS a proposta de avanço da universalidade para a equidade, e se queremos reduzir as desigualdades, precisamos modificar a distribuição de renda. Esses exemplos são ilustrações de que um desafio muito grande do SUS é político. E se quisermos mudar o modelo de atenção para garantir a integralidade e não ser um sistema voltado exclusivamente para hospitais e tecnologias de alta densidade de capital, mas garantir direito à saúde pela integralidade da atenção, essa também é uma decisão política que vai envolver profissionais de saúde que foram formados com uma determinada lógica e que terão que redefinir as lógicas e racionalidades que orientam seus processos de trabalho. A

“Em um ano, o governo federal gasta quase a metade do seu orçamento para pagar juros da dívida em vez de pagar as necessidades da área social”

sociedade precisa saber dessas condições e entendimentos no sentido de se mobilizar para garantir seu direito à saúde.

IHU On-Line - Qual a importância dos movimentos sociais para a luta pelo direito à saúde e para a consolidação do SUS?

Jairnilson Paim - O SUS nasceu da sociedade civil e conseguiu atravessar o Estado, seja pela constituinte, seja depois pelo parlamento brasileiro. Alguns fatos que ocorrem no mundo e que também repercutiram no Brasil levaram a certo retrocesso, a certa desmobilização dos movimentos sociais na última década do século XX e no início deste século XXI. No Brasil, o fato de, a partir de 2003, ter sido eleito um presidente da República que tinha participado dos movimentos da classe trabalhadora, que tinha fundado

um partido que apresentava um projeto de ética na política, um partido que propunha um conjunto de mudanças na sociedade, criou uma expectativa de que as coisas aconteceriam pelo governo, que a sociedade não precisava se mobilizar tanto porque um companheiro seu já estava na gestão para realizar as mudanças necessárias. Com oito anos de Lula já se verificou que aquelas expectativas não foram bem fundamentadas. Talvez seja, hoje, o momento em que, no mundo todo, as sociedades estão se movimentando e no Brasil as pessoas que querem defender o seu direito à saúde tenham outra forma de investir na defesa desse direito que não seja apenas de braços cruzados esperando que o governo faça. Ou se vai à luta para poder modificar com relação de forças no sentido de um sistema de saúde público e digno para todos, ou vamos pegar apenas as migalhas do que sobram dos orçamentos que não foram pagos aos bancos. Com isso manteremos um SUS pobre, para pobres, e complementar à iniciativa privada, e não o contrário.

LEIA MAIS...

>> Jairnilson Paim já concedeu outra entrevista à IHU On-Line:

* A necessidade de avançar na democratização da saúde. Entrevista publicada na IHU On-Line número 233, de 27-08-2007, disponível em <http://bit.ly/nA84uE>

EXIBIÇÃO DO FILME: O VENENO ESTÁ NA MESA (DIREÇÃO: SILVIO TENDLER - 50 MINUTOS)

DATA: 19/10/2011

EVENTO: CICLO DE DEBATES: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

DEBATEDORA: CLÁUDIA LÍLIAN WITT

INFORMAÇÕES EM [HTTP://MIGRE.ME/5WpSA](http://migre.me/5WpSA)

“A construção do SUS é um processo histórico”

José Gomes Temporão considera que a sociedade brasileira precisa ampliar sua compreensão da importância política e social do SUS para o futuro do Brasil

POR GRAZIELA WOLFART

“O SUS é responsável pelo atendimento exclusivo de 75% da população. Consultas, exames, internações, transplantes, atendimento de urgência, vacinação, tratamento da Aids, medicamentos de alto custo para doenças crônicas e câncer, além do programa Saúde da Família, que atende 100 milhões de pessoas”. A didática explicação só poderia vir de quem realmente conhece este universo, como o ex-ministro da saúde José Gomes Temporão. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, o médico sanitário e político luso-brasileiro explica que “o envelhecimento populacional e as mudanças no perfil das doenças obrigam o SUS a migrar de um modelo voltado para o atendimento às urgências e emergências para um modelo voltado ao acompanhamento de doenças crônico-degenerativas”. Para Temporão, “a construção do SUS é um processo histórico que começou há muitos anos e ainda vai exigir muitos outros de investimento de pessoas e instituições”. E conclui: “orgulho-me de há 35 anos estar completamente envolvido com esse processo e de ter podido dar minha contribuição como ministro”.

José Gomes Temporão foi ministro da Saúde durante boa parte do segundo mandato do governo Lula, empossado em março de 2007 e sucedido em 1º de janeiro de 2011. Formou-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, fez mestrado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e doutorado em Medicina Social no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor argumenta a constatação de que a saúde no Brasil precisa de mais dinheiro?

José Gomes Temporão - O Brasil precisa de mais recursos e isso fica evidente ao se analisar os gastos nacionais. Se compararmos com países da América do Sul, como Argentina ou Chile, nosso gasto *per capita* em saúde, relativo ao PIB, é menor. Se a comparação for com os países mais desenvolvidos, a situação é ainda mais constrangedora. Mas uma característica do gasto brasileiro em saúde chama a atenção. É que o gasto público alcança apenas 40% do gasto total, ou seja, 60% dos gastos em saúde no Brasil são gastos das famílias ou empresas. Temos que reduzir o gasto privado e ampliar o gasto público, portanto. Além disso, há um subsídio ao mercado e às famílias de classe média e empresas, na medida em que as despesas com médicos e hospitais podem ser abatidas do imposto de renda devido sem limites. Ou seja, com uma mão o governo tira do SUS e com a outra

subsídia o setor privado.

IHU On-Line - Como é empregado o dinheiro destinado ao SUS em nosso país?

José Gomes Temporão - O SUS é responsável pelo atendimento exclusivo de 75% da população. Consultas, exames, internações, transplantes, atendimento de urgência, vacinação, tratamento da Aids, medicamentos de alto custo para doenças crônicas e câncer, além do programa Saúde da Família, que atende 100 milhões de pessoas.

IHU On-Line - Qual sua opinião sobre a Emenda Constitucional n. 29?

José Gomes Temporão - Fundamental sob dois aspectos: define com clareza o que são gastos em saúde, o que vai obrigar aos estados e municípios que não a cumprem a fazê-lo a partir de agora. Além disso, trata dos recursos da União, estados e municípios para as políticas de saúde.

IHU On-Line - Como deveria ser o modelo de gestão ideal do SUS?

José Gomes Temporão - O SUS já dispõe de instrumentos de gestão adequados que podem ser aperfeiçoados. Destaco o controle social através dos conselhos de saúde e conferências como um dispositivo inovador.

IHU On-Line - Que tipo de modelo de atenção à saúde no mundo se assemelha ao modelo do SUS?

José Gomes Temporão - Os modelos europeus (Inglaterra, França, Portugal, Espanha), além dos modelos canadense e cubano.

IHU On-Line - Que tipo de atualização deve ser feita no SUS considerando as alterações no perfil epidemiológico da sociedade brasileira nos últimos anos?

José Gomes Temporão - O envelhecimento populacional e as mudanças no perfil das doenças obrigam o SUS a mi-

grar de um modelo voltado para o atendimento às urgências e emergências para um modelo voltado ao acompanhamento de doenças crônico-degenerativas.

IHU On-Line - Podemos afirmar que o SUS seria melhor com um investimento de 10% do PIB?

José Gomes Temporão - Sem dúvida, mas não basta apenas ampliar os gastos. É preciso também saber gastá-los de modo eficiente, transparente e com boa gestão.

IHU On-Line - O que o senhor pensa sobre o abatimento das despesas com saúde do imposto de renda?

José Gomes Temporão - Sou contra. Principalmente o modelo atual, sem limites de abatimento, como, por exemplo, o fato de que cirurgias estéticas estão sendo financiadas por toda a sociedade para um segmento abastado da população.

IHU On-Line - O senhor concorda que os funcionários públicos dos três poderes (governo, congresso e judiciário) deveriam usar o SUS em vez de terem planos privados de saúde?

José Gomes Temporão - Sou contra que o governo subsidie o atendimento por planos e seguros para os funcionários dos três poderes. Nada contra que as pessoas possam, com seus próprios recursos, fazê-lo.

IHU On-Line - Durante anos à frente do Ministério da Saúde, como se sente em relação ao que fez e ao que ficou por fazer em relação ao SUS e à saúde pública no Brasil?

José Gomes Temporão - A construção do SUS é um processo histórico que começou há muitos anos e ainda vai exigir muitos outros de investimento de pessoas e instituições. Orgulho-me de há 35 anos estar completamente envolvido com esse processo e de ter podido dar minha contribuição como ministro.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum comentário sobre o tema?

José Gomes Temporão - A sociedade brasileira precisa ampliar sua compreensão da importância política e social do SUS para o futuro do Brasil.

“O SUS nos tornará mais humanos e, portanto, mais brasileiros”

O orçamento da Seguridade Social, embora formalizado em todas as leis orçamentárias, jamais foi executado, constata Ligia Bahia

POR GRAZIELA WOLFART

“**C**onsidero que o SUS nos tornará mais humanos e, portanto, mais brasileiros, na medida em que nos convenceremos que a saúde é necessariamente um bem coletivo tal como deve ser a educação e outras políticas sociais”. A opinião é da médica sanitária Ligia Bahia, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Para ela, “temos um sistema universal definido na legislação. Mas a denominada nova classe média pretende consumir planos privados de saúde. O aprofundamento da segmentação do sistema de saúde brasileiro virá acompanhado de mais injustiça e discriminação, porque os planos privados destinados aos novos contingentes de consumidores têm coberturas reduzidas e baixa qualidade assistencial”.

Médica-sanitarista, Ligia Bahia é doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz e professora adjunta da Faculdade de Medicina e do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem graduação em Medicina pela UFRJ e mestrado em Saúde Pública pela Fiocruz. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que é preciso para “convencer a sociedade sobre o SUS”?

Ligia Bahia - Considero que o SUS nos tornará mais humanos e, portanto, mais brasileiros, na medida em que nos convenceremos que a saúde é necessariamente um bem coletivo tal como deve ser a educação e outras políticas sociais. Ainda há setores da sociedade que enxergam a saúde como mero objeto de consumo. Isso é um grave equívoco, porque estamos submetidos a riscos coletivos como ocorre, por exemplo, com os alimentos que ingerimos com agrotóxicos. E também ao sermos atendidos em serviços de saúde que recebem como *input* processos coletivos, como é o caso da formação de recursos humanos para a saúde. A recente doença de uma personalidade internacional como o Steve Jobs ex-

plicita claramente que a saúde não é “comprável”.

IHU On-Line - Quais os rumos do SUS, em sua opinião? Caminhamos para um apartheid na saúde ou estamos mais perto de organizar um sistema nacional de saúde abrangente e igualitário?

Ligia Bahia - Estamos no meio do caminho. Temos um sistema universal definido na legislação. Mas a denominada nova classe média pretende consumir planos privados de saúde. O aprofundamento da segmentação do sistema de saúde brasileiro virá acompanhado de mais injustiça e discriminação, porque os planos privados destinados aos novos contingentes de consumidores têm coberturas reduzidas e baixa qualidade assistencial.

IHU On-Line - Como concilia os sistemas privado e público de saúde o cidadão brasileiro que assim o pode? Como se dá essa mistura entre público e privado na saúde?

Ligia Bahia - De muitas maneiras. A mais visível é usar o SUS para a realização de procedimentos de alto custo não cobertos pelos planos privados. E a menos detectável é o fato de serem os mesmos profissionais que atuam em ambos os subsistemas. Além disso, quem paga plano privado de saúde pode abater os gastos no pagamento de impostos.

IHU On-Line - Como vê a Emenda Constitucional n. 29? Concorda que não há a necessidade de um novo imposto para financiar a saúde no Brasil?

Ligia Bahia - Penso que a primeira tarefa é buscar reorientar os recursos disponíveis. A Constituição criou duas novas fontes de receitas para a seguridade social que, somadas às anteriores, deveriam financiar saúde, Previdência Social e Assistência Social. O uso desses recursos foi desviado de sua finalidade. O orçamento da Seguridade Social, embora formalizado em todas as leis orçamentárias, jamais foi executado.

IHU On-Line - Como pode ser implementada a política de ressarcimento ao SUS?

Ligia Bahia - Seria necessário que houvesse a identificação dos pacientes por meio de um código para que o atendimento de clientes de planos de saúde fosse rastreado. O Brasil dispõe de sistemas de informação bem sofisticados em outras áreas. O ressarcimento não ocorre porque há muita resistência por parte das empresas de planos e seguros de saúde. Se o ressarcimento for viabilizado, teríamos a exata noção dos problemas de coberturas dos planos privados.

IHU On-Line - Como a classe média vê o SUS?

Ligia Bahia - Como um caos. Um conjunto de serviços deficientes voltados para o atendimento de quem não pode pagar. A face da importância dos serviços públicos para a formação de recursos humanos e pesquisa e da não mercantilização do atendimento no SUS não é devidamente valorizada.

Uma conquista e seus limites

Para a historiadora Virginia Fontes, o SUS mostra exatamente como a luta de classes atravessa a sociedade civil brasileira

POR GRAZIELA WOLFART

“ **A**s lutas pelo SUS (principalmente das décadas de 1970 e 1980) foram capazes não apenas de exigir uma política pública de teor igualitário, mas conseguiram agregar à definição de saúde as grandes questões sociais - expondo o quanto as dramáticas desigualdades e as condições gerais da existência são não apenas razões de adoecimento, mas integram a condição geral da saúde humana”. Essa é a opinião da professora Virginia Fontes, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Historiadora, com mestrado pela Universidade Federal Fluminense - UFF e doutorado em Filosofia pela Université de Paris X, Nanterre, Virginia Fontes atua no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, onde integra o NIEP-MARX, e na Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), integrando o grupo de pesquisa sobre Epistemologia. É autora de *Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo* (Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a especificidade do SUS enquanto luta teórica e social da sociedade civil brasileira?

Virginia Fontes - Gostaria de lembrar que não sou uma especialista no tema, mas venho há alguns anos trabalhando em instituição voltada para a saúde, onde aprendo muito. Respondo a essas questões como alguém preocupada com grandes questões gerais que atravessam a sociedade brasileira contemporânea. As lutas pelo SUS (principalmente das décadas de 1970 e 1980) foram capazes não apenas de exigir uma política pública de teor igualitário, mas conseguiram agregar à definição de saúde as grandes questões sociais - expondo o quanto as dramáticas desigualdades e as condições gerais da existência são não apenas razões de adoecimento, mas integram a condição geral da saúde humana. Ocorreu um encontro peculiar e importantíssimo entre lutas populares com um movimento intelectual, capaz de mobilizar extensos setores de trabalhadores da própria saúde. O SUS é uma

conquista, assim como a Seguridade Social a qual ele integra. Como toda conquista popular sob condições de dominação do capital, também teve severas limitações e sua implantação, expansão e generalização (até hoje não realizada) enfrentam todo o tipo de adversidades.

Nesse sentido, a atualização dessa formidável luta envolve certamente exigir a plena aplicação da legislação conquistada na Constituinte, pois as desigualdades perduram, assim como as péssimas condições para extensos contingentes populares, na cidade e no campo. Mas envolve também retomar os fundamentos daquelas lutas, para integrar os novos aspectos da vida social que atingem a saúde das populações, a começar pela intensa e profunda desregulamentação das relações de trabalho que se aprofundaram a partir da década de 1990. Aliás, essa desregulamentação - que se revela nas subcontratações terceirizadas, nas precarizações das relações de trabalho - atinge na atualidade especialmente os trabalha-

dores da saúde. Mas exige ir ainda além, e incorporar os novos ataques à saúde humana, como os agrotóxicos, os transgênicos, sem falar do registro de patentes proprietárias da vida (inclusive da vida humana).

Quanto ao papel da sociedade civil, é preciso esclarecer o uso que fazemos dos conceitos: o que é sociedade civil? Muitas vezes ocorre certa confusão semântica, como aqueles que tendem a contrapor sociedade civil a Estado. Essa interpretação corresponde a uma base teórica de cunho liberal. Segundo a conceituação que adotamos, formulada por Antonio Gramsci, a sociedade civil integra o Estado (que se amplia) e não se contrapõe a ele. Ademais, é constituída por aparelhos privados de hegemonia, locais de associação e de produção de vontades coletivas, que se estabelecem no interior de uma sociedade “configurada por classes sociais”. Nesse sentido, as lutas de classes atravessam em cheio a sociedade civil.

Assim, para responder a essa pergunta - o sentido do SUS para a sociedade civil brasileira - é preciso ter claro de que segmento da sociedade civil estamos falando: se daqueles setores que organizam as formas de dominação; se daqueles setores que se acreditam neutros e fora da existência social (e que contribuem para a manutenção do *status quo*) ou se dos setores populares e da classe trabalhadora.

IHU On-Line - O que a estrutura do SUS revela sobre a configuração da sociedade civil brasileira nos últimos 20 anos?

Virginia Fontes - Mostra exatamente como a luta de classes atravessa a sociedade civil brasileira. De um lado, a luta popular pela expansão e universalização do acesso jamais cessou, assim como a luta pela melhoria da qualidade do serviço público de saúde, tanto no conjunto da vida social como no interior das próprias instâncias públicas do SUS. Nesse âmbito, os setores populares foram instados a ocupar seus assentos nos conselhos de saúde estabelecidos pelo SUS como a forma específica do controle popular. Se isso é uma conquista real, sua plena execução depende da capacidade de organização popular (para enfrentar as

entidades patronais e políticas locais) e a capacidade de expandir-se para todos os setores da saúde. Ora, essa conquista é sempre limitada quando sobrevive sob condições que tais setores populares não controlam. Assim, por outro lado, desde a década de 1980, iniciou-se um intenso processo de profissionalização de uma militância mercantil-filantrópica, que recusava qualquer “politização” e apresentava-se como neutra e voltada para fins sociais elevados. Nesse processo, entidades associativas de tendências e de bases sociais diversas passaram a apresentar-se como “gestoras” mais eficientes para os serviços públicos e para a redução da pobreza (esta, aliás, era considerada por essas entidades como um resultado histórico e não como processo social de construção de desigualdades). Tais entidades passaram, sobretudo nos anos 1990, em nome de pertencerem à “sociedade civil” (definida porém de maneira plenamente liberal) a disputar acidamente os recursos públicos, oferecendo seus próprios serviços como se fossem mais “transparentes” e “ágeis”. Tal processo desemboca em dois efeitos dramáticos. No primeiro, a criação de uma enorme miríade de organizações “filantrópicas” ou “sem fins lucrativos”, embora sejam diretamente capitaneadas por setores empresariais. Em segundo lugar, direcionaram sua ação para o aprofundamento do desmonte das conquistas sociais inscritas na Constituição, o que foi certamente aproveitado pelas demais Fundações e Associações sem Fins Lucrativos - FAS-FIL, que atingiam a cifra, em 2005, de mais de 330.000 entidades segundo o IBGE. Em terceiro lugar, tal pressão atinge parcela dos profissionais públicos que, em nome de uma gestão eficiente e ágil, pretendem desvincular-se dos controles públicos para “competirem no mercado”. Uma privatização realizada por dentro do próprio Estado, com o apoio e sustentação - como é óbvio - da grande imprensa e dos setores mais monopolizados da saúde.

O que isso significa do ponto de vista da saúde? Uma intensa pressão para que a urgência da prestação de serviços justifique a eliminação dos

procedimentos estatais sob controle efetivamente público (apontados como enrijecidos). Com isso, se perde crescentemente a capacidade de controle social (especialmente a partir das entidades populares) nos processos de formulação central que incidem sobre o direcionamento e a gestão dos recursos públicos. Pior ainda: a privatização de parcelas do serviço público (via Organizações Sociais, por exemplo), elimina o próprio controle popular, que não incide sobre entidades privadas. Assim, este corre o risco de reduzir-se a algumas partes do processo, muitas vezes sem dispor dos elementos de conjunto.

Lembre-se que a saúde, embora a maioria das interpretações do senso comum a considere como limitada às práticas médicas, envolve uma enorme indústria de equipamentos, de materiais, medicamentos, próteses, conhecida como o complexo médico-hospitalar, que dispõem de recursos formidáveis para fomentar organizações e distribuir seu próprio material de convencimento.

IHU On-Line - Qual era o contexto social brasileiro quando da criação do SUS e o que mudou hoje em nossa sociedade que poderia sugerir uma mudança também no sistema de saúde?

Virginia Fontes - O processo histórico que nos separa do momento da Constituinte é denso e pode ser descrito como um salto de um período de lutas intensas para um longo processo regressivo, caracterizado normalmente como neoliberalismo. A derrocada das experiências socialistas do leste europeu, as privatizações, a desregulamentação das relações de trabalho, a imposição de um dramático desemprego nos anos 1990, a intensificação da atuação política voltada para o convencimento pelos setores patronais (que chegam a apoiar a criação, por exemplo, da Força Sindical no início da década de 1990), a intensa monopolização da economia brasileira e o crescimento de gigantescos conglomerados brasileiros (em geral associados subalternamente a grandes capitais internacionais) e, por fim, mas não menos importante, uma modificação

das posições assumidas tanto pela CUT quanto pelo próprio PT. Estes se deslocaram do polo das lutas reivindicativas para uma política propositiva que visa mais adequar os trabalhadores às condições de expansão do capital do que a modificar tais condições. No âmbito da saúde isso pode ser percebido, por exemplo, na expansão de serviços privados de saúde (como os seguros-saúde) no âmbito dos próprios sindicatos, inclusive de trabalhadores do setor público! Isso se evidencia também, por exemplo, na adoção de programas focalizados em lugar de verdadeiras políticas de Estado para enfrentar as enormes desigualdades sociais.

Se pensamos o que sugerir hoje, há dois aspectos que precisam relacionar-se: em primeiro lugar, a própria implantação generalizada do SUS público e estatal para todos. Isso envolve a desprivatização da saúde enquanto vem ocorrendo exatamente o contrário. Em segundo lugar, a capacidade de expandir-se para integrar as novas - e gigantescas questões - que envolvem a privatização da própria vida enquanto existência biológica. Esse é um novo desafio a incorporar. Mas há ainda outro - e extremamente importante - aspecto. A grande maioria da população brasileira vem completando uma nova experiência. Em outras palavras, desde a reimplantação do Estado de Direito após o golpe civil-militar de 1964, estamos aprendendo que não basta conquistar direitos e inscrevê-los em leis: é preciso impedir a todo o tempo que sejam usurpados e essa usurpação é um processo permanentemente recriado pela expansão das relações capitalistas.

IHU On-Line - Analisando os governos federais no Brasil nos últimos 20 anos, como compreender os rumos do SUS e o que esperar do sistema a partir do governo atual?

Virginia Fontes - O SUS ao mesmo tempo cresceu e encolheu. Como instituição, o SUS cresceu e é hoje uma realidade de abrangência nacional. Porém, como política igualitária de Estado, o SUS encolheu e precisa voltar a incorporar o conjunto de questões que lhe deu origem, além de integrar os novos desafios. Encolheu teorica-

mente: em boa medida, reduziu-se o debate sobre a determinação social da saúde, centrando-se no acesso à própria política já instituída, tema importante mas não suficiente, pois o acesso por vezes vem sendo garantido através do setor privado. Com isso reduz-se a força instituinte das lutas pelo SUS. Boa parte das diretrizes políticas seguem-se tendo como foco o indivíduo, a doença e os serviços assistenciais, em detrimento de políticas públicas capazes de enfrentar as novas agressões realizadas pelo capital. Encolheu na prática pública, ao admitir uma distinção entre um SUS voltado para os pobres, ao lado de um serviço mercantil, oferecido pelas entidades privadas (hospitais, clínicas, seguros, etc.), que se nutrem contraditoriamente do SUS público, tanto pelos recursos que recebem para a prestação de serviços, como no acesso que garantem aos setores médicos de ponta, que seguem assegurados pelo setor público. A política implementada pelos quatro últimos governos e mantida pelo atual segue aprofundando a privatização, no caminho inverso de uma plena socialização da saúde para a população.

IHU On-Line - Em sua opinião, qual deve ser o papel do Estado brasileiro em relação ao SUS?

Virginia Fontes - Assegurar serviços de saúde igualitários para todos, não permitindo a separação entre uma saúde direcionada para os segmentos endinheirados e uma saúde pobre voltada para os setores com menos recursos.

- Não permitir recursos públicos para setores privados, cujas empresas (lucrativas ou não) procuram açambarcar cada vez mais recursos públicos para atuar privadamente.

- Não esquecer também do mau exemplo das deduções em imposto de renda para os que pagam seguros privados, o que mais uma vez mostra o Estado subsidiando o privado. Sabemos que o Estado não é neutro: é sempre uma correlação de forças entre frações de classes dominantes, objetivando assegurar a reprodução da própria forma de dominação. Por essa razão os trabalhadores - apesar de sua segmentação atual em múltiplas formas de contratação, o que e redundou em maior

dificuldade de organização - precisam lutar coletivamente para assegurar sua humanidade plena frente à crescente desumanização do conjunto da existência, expresso em expropriações e mercantilizações que, em muitos casos, envolvem diretamente a saúde. A saúde humana depende de enfrentar a lógica devastadora do capital.

IHU On-Line - Em que sentido o SUS pode ser apontado como um modelo de democracia?

Virginia Fontes - Ainda que a Constituição abrigue na formulação do SUS os princípios de igualdade social, da determinação social da saúde e do controle popular, infelizmente o SUS não pode ser considerado como um modelo de democracia. Para tanto, as diferenças sociais não poderiam transparecer da forma como o fazem, através de portas de acesso diferenciadas para setores endinheirados e o restante da população. Não poderia haver a brutal segmentação de contratos de trabalho para os trabalhadores, inclusive os da saúde, o que suscita intensas desigualdades internas e se reflete em diferenciações que não deveriam ocorrer na acolhida à população. Houve avanços? Certamente, pois as lutas não cessaram e resultaram em maior controle público de algumas doenças; há grande empenho de grande número de trabalhadores da saúde em prestar um serviço de qualidade; há uma intensa luta para a generalização de políticas voltadas para a saúde da família. Porém, paralelamente cresce um intenso "empreendedorismo" para a venda de serviços de saúde. Não há democracia no setor empresarial: há donos e subalternos. Há a produção para a venda de mercadorias cujo objetivo é a valorização do valor, e somente ocorre através da reprodução e aprofundamento das formas de sujeição dos trabalhadores.

IHU On-Line - O que a Constituição de 1988 diz sobre nossa sociedade e como o SUS se insere nesse contexto?

Virginia Fontes - O SUS integra a política de Seguridade Social que reúne a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde. Nos termos da Constituição

de 1988, o SUS é direito universal e dever do Estado, conforme especifica seu artigo 196. Apesar do texto constitucional garantir os princípios da VIII Conferência Nacional de Saúde, o SUS (e a Seguridade Social brasileira) desde cedo enfrentou forte reação. O processo de regulamentação legal e de implantação do SUS segue sendo um espaço de permanentes embates. Em lugar de um processo de complementação transitória entre o setor público e o setor privado (filantrópico e sem fins lucrativos) foram abertas portas de acesso para privatizações multiformes (contratação de profissionais, repasse de recursos públicos para a atuação de setores com fins abertamente lucrativos, etc.). Os próprios princípios do SUS, ponto alto da Constituição, foram sendo crescentemente contornados ou ressignificados: da equidade como garantia de direitos, que deveria levar obrigatoriamente em consideração as desigualdades sociais e as reparações socialmente necessárias, para uma redução dessa concepção, redesenhando

os conteúdos para uma equidade sem igualdade, traduzida num SUS exclusivamente voltado para os pobres, ao lado de um SUS cuja complementação se volta, na prática, para o privado (e não para o público). Finalmente, o SUS conta permanentemente com recursos escassos, em função da desvinculação das receitas da Seguridade Social.

IHU On-Line - Em que sentido a filantropia e o trabalho das ONGs podem ser apontados como parceiros do SUS?

Virginia Fontes - A filantropia é o exercício da doação dos que têm muito para os demais. Em outros termos, os que muito têm precisam continuar a usufruir de sua posição (que deriva de exploração da força de trabalho), para em seguida doarem o quanto quiserem, para fazer o que eles acharem conveniente, permitindo-se inclusive selecionar que setores da população serão os "alvos" de sua filantropia. É portanto o contrário de qualquer política igualitária e pública, democrá-

tica e capaz de assegurar a socialização da qualidade de vida. Quanto às ONGs, o termo é muito impreciso. Já falei anteriormente das lutas de classes na sociedade civil e na expansão do empresariamento nas mais diversas áreas de atuação pública, que buscam desmantelar as conquistas populares e converter essas atividades em formas de obtenção de lucro. Se se tornam "parceiras" do SUS, isso significa o aprofundamento das desigualdades através das privatizações e o encolhimento das conquistas constitucionais. Na saúde, isso vem sendo realizado através de organizações sociais, Organizações Sociais de Interesse público e de Fundações (ou empresas) Públicas de Direito Privado, que buscam gerenciar privadamente as políticas sociais; atuar como intermediárias para a contratação de pessoal (eliminando direitos de trabalho e intensificando a concorrência entre os trabalhadores); extrair mais-valor de diferentes categorias de trabalhadores e apoderar-se de fatias dos recursos públicos.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

BUSCA NO IHU
palavra-chave

NOTÍCIAS DO DIA

17.10.2011 - Segunda-feira

"O SUS nos tornará mais humanos e, portanto, mais brasileiros". Entrevista especial com Ligia Bahia

Renda sobe e 2,2 milhões de lares saem do Bolsa Família

Brasil não sabe quanto custará a Copa

Sul-africanos relatam frustrações com Copa de 2010

Assalariados pagam mais IR que os bancos

ENTREVISTA DO DIA

"O SUS nos tornará mais humanos e, portanto, mais brasileiros". Entrevista especial com Ligia Bahia

O orçamento da Seguridade Social, embora formalizado em todas as leis orçamentárias, jamais foi executado, constata a médica sanitária.

Arqueologia da mídia. Um passado presente

17 de outubro
Técnicos Especiais: Dr. Giorgio Agan



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevistas da Semana

Interdisciplinaridade e interpretação: Paul Ricoeur em diálogo com Hans Urs von Balthasar

Mediados pela filosofia, por caminhos distintos, Balthasar e Ricoeur apontam para o “papel decisivo da ação”, observa Cecília Avenatti de Palumbo. Exigência da “saída de si” dá ao ser humano uma dimensão ética para a ação e a história

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

“**N**o diálogo entre literatura e teologia, a filosofia se apresenta como ponto de encontro. Por caminhos diferentes, Balthasar e Ricoeur propõem a mediação da filosofia, sublinhando o papel decisivo da ação, o qual tem sua origem na opção pelo paradigma teatral”. A constatação é de Cecília Avenatti de Palumbo, em entrevista por e-mail à IHU On-Line. De acordo com a pesquisadora argentina, Balthasar conhece e cita Ricoeur, do qual foi contemporâneo, mas “não podemos comprovar se Ricoeur conheceu a obra magna do teólogo suíço”. E completa: “na medida em que representam uma exigência de êxtase ou saída de si de dentro para fora, ambos significam a possibilidade de sair do fechamento individualista pós-moderno descobrindo ao homem a dimensão ética através da projeção do olhar e do ler para o agir e para a história”. Cecília esteve recentemente no Brasil, onde apresentou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio a conferência *Interdisciplinaridade e interpretação: Contribuições do pensamento de Paul Ricoeur em diálogo com Hans Urs von Balthasar*.

Cecília é licenciada e doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica Argentina com a tese *La literatura como figura, drama y verdad en la estética de Hans Urs von Balthasar*. Leciona nessa instituição e é autora de *Imagen y palabra. Fenomenología de la expresividad en Hans Urs von Balthasar* (Buenos Aires: Ediciones del Viejo Aljibe, 1998); *La literatura en la estética de Hans Urs von Balthasar. Figura, drama y verdad* (Salamanca: Ediciones Secretariado Trinitario, 2002); *Lenguajes de Dios para el siglo XXI. Estética, teatro y literatura como imaginarios teológicos* (Juiz de Fora-Buenos Aires: Edições Subiaco - Ediciones de la Facultad de Teología de la Universidad Católica Argentina, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line - A senhora foi convidada pela Cátedra de leitura da Unesco, com sede na PUC-Rio, para ditar uma conferência de pós-graduação sobre *“Interdisciplinaridade e interpretação: Contribuições do pensamento de Paul Ricoeur em diálogo com Hans Urs von Balthasar”*. Poderia referir-se ao enquadramento epistemológico? Por que a relação entre interdisciplinaridade e interpretação? Cecília Avenatti de Palumbo - À colocação da interdisciplinaridade como caminho de superação da fragmentação dos saberes e de um modo uni-

dimensional e redutivo de explicar o mundo e o homem, segue-se imediatamente a questão da mediação, entendida como o “entre” vinculante, a linguagem que comunica às disciplinas entre si e em relação ao objeto comum, a ponte que une suas margens atomizadas. A interdisciplinaridade suscita, pois, a necessidade de se pensar uma linguagem mediadora a partir da qual as disciplinas podem dialogar. A linguagem é a via de compreensão entre umas e outras, a via de recíproca interpretação das linguagens, a via hermenêutica. Interdisciplinaridade e

hermenêutica reconhecem, assim, sua necessidade de pensar a partir de outro e com outros.

No *Seminário de diálogo interdisciplinar permanente - literatura, estética e teologia*, estamos trabalhando desde 1998 nesta direção. Nos “Prolegômenos” a uma obra coletiva de recente aparição, *Belleza que fere*¹,

¹ AVENATTI DE PALUMBO, Cecilia Inês. Prolegômenos para el diálogo entre literatura, estética y teología. Belleza, herida y alteridad como figuras de vida”. In: AVENATTI DE PALUMBO, Cecilia Inês - QUELAS, JUAN (coord.), *Belleza que hierre. Reflexiones sobre literatura, estética y teología*, prolog. Olegario González de Cardenal. Buenos Aires: Ágape Libros, 2010,

recolhemos o itinerário percorrido de 2007 a 2010, no decurso do qual a linguagem mediadora escolhida foi a da figura estético-dramática, devedora do pensamento teológico de Hans Urs von Balthasar². Durante o último ano, junto com colegas da PUC-Rio e da PUC-Chile - todos membros de Alalite³ - decidimos investigar conjuntamente a contribuição efetivada pelo pensamento de Paul Ricoeur⁴ à mediação entre a literatura e a teologia.

Em nosso interesse por configurar uma linguagem de mediação interdisciplinar está a questão sobre onde confluem os caminhos do teólogo suíço e do filósofo francês.

IHU On-Line - Paul Ricoeur e Hans Urs von Balthasar foram contemporâneos. Houve um diálogo entre o fi-

17-39. (Nota da entrevistada)

2 Hans Urs Von Balthasar (1905-1988): teólogo católico suíço. Estudou Filosofia em Viena, Berlim e Zurique, onde doutorou-se em 1929, e em Teologia em Munique e Lyon. Destacou-se como investigador dos santos padres e da Filosofia e Literatura modernas, especialmente a franco-germana. Criou sua própria Teologia, síntese original do pensamento patristico e contemporâneo. Entre suas obras destacam-se *O cristianismo e a angústia* (1951), *O mistério das origens* (1957), *O problema de Deus no homem atual* (1958) e *Teologia da história* (1959). A edição 193 da IHU On-Line, de 28-08-2006, Jorge Luis Borges. *A virtude da ironia na sala de espera do mistério* publicou uma entrevista com Ignácio J. Navarro, intitulada *Borges e Von Balthasar. Uma leitura teológica*, disponível em <http://migre.me/4Hkvbv>. (Nota da IHU On-Line)

3 Alalite é Associação Latino-Americana de Literatura e Teologia (cf. www.alalite.org) (Nota da entrevistada)

4 Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir o artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na edição 49 da Revista IHU On-Line, de 24-02-2003, disponível para download em <http://bit.ly/9m0DBP> e uma entrevista na 50ª edição, de 10-03-2003, disponível para download em <http://bit.ly/ce-xldt>. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria Memória sobre Ricoeur, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://bit.ly/aXJIH1>. A formação de Ricoeur se dá em contato com as ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia. Suas obras importantes são: *A filosofia da vontade* (primeira parte: *O voluntário e o involuntário*, 1950; segunda parte: *Finitude e culpa*, 1960, em dois volumes: *O homem falível e A simbólica do mal*). De 1969 é *O conflito das interpretações*. Em 1975 apareceu *A metáfora viva*. O sentido do trabalho filosófico de Ricoeur deve ser visto em uma teoria da pessoa humana; conceito - o de pessoa - reconquistado no termo de longa peregrinação dentro das produções simbólicas do homem e depois das destruições provocadas pelos mestres da "escola da suspeita". (Nota da IHU On-Line)

“A interdisciplinaridade suscita, pois, a necessidade de se pensar uma linguagem mediadora a partir da qual as disciplinas podem dialogar”

lósofo e o teólogo? Em que consistiu esse diálogo?

Cecília Avenatti de Palumbo - Realmente, até onde sabemos, não houve propriamente um diálogo real entre eles. Balthasar conhece e cita Ricoeur, do qual foi contemporâneo, o da hermenêutica dos símbolos - *A simbólica do mal* (1960), *O conflito das interpretações* (1969), *A metáfora viva* (1975), já que, além da hermenêutica do texto (de 1980) e da hermenêutica do eu como outro (dos anos 1990) não chegou a conhecê-los. Numa das referências sublinha a abertura ricoeuriana para o sentido através do caminho da metáfora e do símbolo⁵. Isso se sucede na terceira parte de sua *Trilogia*, chamada *Teológica*, que se encontra precedida pela *Teoestética* e pela *Teodramática*, justamente onde, ao tratar da beleza e do drama de Deus nos outros dois painéis, dá o passo à verdade na linguagem do Deus que se fez carne e, por conseguinte, história⁶. Não podemos comprovar se Ricoeur conheceu a obra magna do teólogo suíço, pois para isso seria necessário realizar uma inquirição mais exaustiva. De todos os modos, o importante aqui é que estabelecemos o diálogo a partir de seus textos, como consequência de nosso caminho de busca de uma linguagem mediadora para o vínculo interdiscipli-

5 Cf. BALTHASAR, Hans Urs Von. *Teodramática I. Prolegômenos*. Madrid: Encuentros [1973], 1990. (Nota da entrevistada)

6 Para uma aproximação ao lugar da Trilogia no corpus balthasariano, cf. AVENATTI DE PALUMBO, Cecília Inés, *Linguagens de Deus para o século XXI. Estética, teatro e literatura como imaginários teológicos*, Juiz de Fora-Buenos Aires: Edições Subiaco-Edições da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Argentina, 2007. (Nota da entrevistada)

nar entre literatura e teologia.

IHU On-Line - Quais são as aproximações filosóficas e teológicas entre esses pensadores? O que resulta dessa interdisciplinaridade?

Cecília Avenatti de Palumbo - No diálogo entre literatura e teologia, a filosofia se apresenta como ponto de encontro. Por caminhos diferentes, Balthasar e Ricoeur propõem a mediação da filosofia, sublinhando o papel decisivo da ação, o qual tem sua origem na opção pelo paradigma teatral. Deste modo, a ação se apresenta como linguagem mediadora, tanto em Balthasar como em Ricoeur. O caminho de Balthasar vai da figura estética à ação como drama⁷; o caminho de Ricoeur vai da hermenêutica do texto à hermenêutica da ação. Ambos transitam o caminho para o reconhecimento de si: o teólogo, na ação do personagem teatral, o filósofo na ação da trama que se desdobra numa tríplice mimesis⁸. O resultado é uma linguagem dinâmica, com valor perlocutório e, portanto, com intenção de uma transformação histórica mediante ações pessoais e comunitárias, de Deus e dos homens.

IHU On-Line - Como se manifesta a busca pelo divino na obra de von Balthasar?

Cecília Avenatti de Palumbo - A *Denkform* [maneira de pensar] balthasariana é trilogica e nós a expressamos segundo o dinamismo preposicional do amor que, partindo da *figura*, se desenvolve no *drama* da liberdade infinita e da liberdade finita, e sobre o cenário desta ação dramática se põe o movimento para a verdade, a fim de desvelá-la não como ideia estática, mas como vida superabundante que excede de modo transbordante os limites do conceito. Daí resulta a necessidade teológica de sair em busca de novas linguagens.

Sua opção pela figura estética reconhece o estatuto epistemológico da filosofia como mediadora entre as ci-

7 Cf. BALTHASAR, Hans Urs von. *Teodramática I. Prolegômenos*. Madrid: Encuentro, [1973] 1990. (Nota da entrevistada)

8 Cf. RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración I. Configuración del tiempo en e relato histórico*. Buenos Aires: Siglo XXI, [1985] 1995, 80-112 e 113-160. (Nota da entrevistada)

ências humanas e a teologia. A figura estética é pensada por Balthasar em abertura para o drama existencial. Daí resulta a nomeação de “figura estético-dramática. O paradigma é a ação teatral que ele toma do *topos* do teatro do mundo de Calderón. Mediante este instrumental, propõe-se a renovação de “uma teologia inserida no banco de areia da abstração racionalista”⁹.

IHU On-Line - Como se articula a passagem do texto à ação no pensamento de Ricoeur?

Cecília Avenatti de Palumbo - É a preocupação epistemológica por encontrar, para a interpretação, um critério objetivo que provenha a partir de dentro do texto (a linguística, atos de fala, poética), superador da dialética entre explicar e compreender, ciências naturais e humanas, proposta por Dilthey, a que leva Ricoeur para o umbral da ação teatral pelo caminho da mimesis e da construção da trama, como antes o levava para o estruturalismo e a semiótica. O círculo hermenêutico e o círculo mimético estão aparentados: um relaciona texto e ação; o outro mimesis e ação¹⁰. O paradigma da ação é o da relação mimesis/*mythos* (trama) que Aristóteles propôs na *Poética*: “A

⁹ BALTHASAR, Hans Urs von. *Teodramática 1. Prolegômenos*. Madrid: Encuentro [1973] 1990, 27. (Nota da entrevistada)
¹⁰ Cf. RICOEUR, Paul. “¿Qué es un texto?” In: *Historia y narrativa*. Buenos Aires: Paidós, 1999, 59-81 e *Tiempo y narración 1. Configuración del tiempo en el relato histórico*. Buenos Aires: Siglo XXI [1985] 1995, 80-112. (Nota da entrevistada)

“Poderíamos enunciar as contribuições da ação dramática (Balthasar) e da ação textual (Ricoeur) ao diálogo entre literatura e teologia e, através deste, ao diálogo da igreja com a cultura e a sociedade atuais”

trama é a representação da ação” (50 a, 1). Na circularidade hermenêutica que acontece entre mimesis I (pré-figuração); mimesis II (configuração) e mimesis III (refiguração) é onde se abre o homem à possibilidade de ser ele mesmo criativamente¹¹.

IHU On-Line - Em que aspectos von Balthasar e Ricoeur oferecem subsídios para repensarmos a igreja, a cultura e a sociedade da civilização tecnocientífica na qual vivemos?

Cecília Avenatti de Palumbo - Poderíamos enunciar as contribuições da ação dramática (Balthasar) e da ação textual (Ricoeur) ao diálogo entre literatura e teologia e, através deste, ao diálogo da igreja com a cultura e a

¹¹ “Idem, ibidem (nota da entrevistada)

sociedade atuais.

Seus pensamentos em diálogo oferecem, em primeiro lugar, um caminho para a referencialidade do Tu através da abertura do texto e do drama. Em segundo lugar, na medida em que representam uma exigência de êxtase ou saída de si de dentro para fora, ambos significam a possibilidade de sair do fechamento individualista pós-moderno descobrindo ao homem a dimensão ética através da projeção do olhar e do ler para o agir e para a história.

Em terceiro lugar, a necessidade hermenêutica como mediação é posta em relevo em Ricoeur quando considera que o ato de leitura é o que opera a transição entre texto e recepção (entre mimesis II e III) e em Balthasar, quando centra no ato da interpretação do papel no cenário a origem do conhecer-se a si mesmo e ser pessoa na missão.

Em quarto lugar, a inclusão do horizonte cultural e antropológico na interpretação a partir de dentro do texto e do drama e a consequente abertura a um horizonte de alteridade a partir da mesmidade da figura dramática e do texto.

E, por último, a superação da dialética sujeito/objeto pelo caminho da interpretação do ator e do leitor nos coloca ante o desafio de estabelecer relações em que o pessoal e o comunitário se vinculam através da corporeidade, do jogo e de uma comunicação que compromete a totalidade do humano.

REPENSANDO A QUALIDADE DOS ALIMENTOS E DA ALIMENTAÇÃO: O “BOM, LIMPO E JUSTO” NA PERSPECTIVA DO MOVIMENTO SLOW FOOD

DATA: 20/10/2011

FABIANA THOMÉ DA CRUZ - DOUTORANDA EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS
 INFORMAÇÕES EM [HTTP://MIGRE.ME/5WpZ0](http://migre.me/5WpZ0)

Semicondutores estreitam laços entre Brasil e Coreia

1º Fórum Brasil-Coreia do Sul em ciência, inovação e tecnologia debate a indústria dos semicondutores e a política de pesquisa e inovação dos dois países

POR GRAZIELA WOLFART

Esta semana, de 17 a 19 de outubro, alunos, pesquisadores, professores, especialistas empresários, nacionais e estrangeiros, estarão reunidos na Unisinos para debater a indústria dos semicondutores e a política de pesquisa e inovação dos dois países. A cadeia de semicondutores foi escolhida como tema central do fórum por ser um ponto de convergência entre Brasil e Coreia do Sul.

O Fórum integra o evento Pesquisando a Pesquisa, que teve início em 2005 e já reuniu centenas de pesquisadores, alunos e professores que debateram assuntos relacionados à conduta das pesquisas no país e na universidade. Neste ano, os participantes terão a oportunidade de assistir a apresentação de trabalhos científicos, palestras e painéis relacionados às oportunidades e impactos no desenvolvimento de estudos de alta tecnologia no Brasil e, ainda, poderão participar de uma rodada de negócios que estará sendo promovida entre empresários dos dois países.

A atividade contará com a presença de autoridades municipais e estaduais, além do embaixador brasileiro na Coreia do Sul, Edmundo Fujita.

Para repercutir a importância deste evento, a **IHU On-Line** entrevistou por e-mail o professor Guilherme Vaccaro, do PPG em Engenharia de Produção e Sistemas da Unisinos e coordenador do 1º Fórum Brasil-Coreia do Sul: Oportunidades e Impactos no Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores no Brasil. Ele explica a importância da cadeia de semicondutores, justificando que é “portadora de futuro, intensiva em tecnologia e geradora de propriedade intelectual e inovação. Gera produtos de alto valor agregado e de larga aplicação em praticamente todas as atividades econômicas”. E Vaccaro exemplifica: “basta pensarmos que todo computador, celular, televisão, rádio, tablet possui diversos componentes eletrônicos que dependem dessa indústria. Um ‘quilo de semicondutores’ vale centenas de vezes um quilo de uma commodity. E o Brasil importa praticamente todos os semicondutores que utiliza, gerando um déficit de balança comercial de bilhões para o país”. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os principais temas que estarão em debate no 1º Fórum Brasil-Coreia do Sul: Oportunidades e Impactos no Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores no Brasil?

Guilherme Vaccaro - Este fórum foi pensado para focar ciência, tecnologia e inovação. Em sua primeira edição, selecionamos como temática a indústria de semicondutores (chips, memórias de computador, etc.) por seu impacto e relevância para o Brasil e por ser a Coreia do Sul um país que desponta neste tema. Mas o fórum aborda também questões sobre o relacionamento entre governo, universidades e empresas, mecanismos de fomento à inovação e à ciência, oportunidades de intercâmbios de estudo e

pesquisa entre Brasil e Coreia do Sul, bem como discussões sobre estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação. Como mencionei, neste ano, foca-se o tema dos semicondutores, mas com uma visão abrangente.

IHU On-Line - Qual a importância de realizar um evento sobre a indústria de semicondutores?

Guilherme Vaccaro - A indústria de semicondutores consta nas temáticas estratégicas do Programa Nacional de Desenvolvimento do governo brasileiro. É uma indústria de alta tecnologia e que influencia diversos segmentos da economia. Basta pensarmos que todo computador, celular, televisão, rádio, tablet possui diversos componentes

eletrônicos que dependem dessa indústria. Um “quilo de semicondutores” vale centenas de vezes um quilo de uma commodity. E o Brasil importa praticamente todos os semicondutores que utiliza, gerando um déficit de balança comercial de bilhões para o país. O Brasil já teve um embrião de indústria, mas ela não sobreviveu à abertura de mercados. Assim, criar espaços para discussão e compreensão de países que têm larga experiência neste assunto, como a Coreia do Sul, é uma forma de contribuir para que o Brasil possa restabelecer essa indústria.

IHU On-Line - Qual o papel da Unisinos na aproximação entre Brasil e Coreia do Sul?

Guilherme Vaccaro - A Unisinos fez um

movimento muito importante de aproximação, “de construção de pontes” (nas palavras de nosso reitor), aproximando-se de centros de pesquisa e universidades de ponta na Coreia do Sul. Articulou para manter seis pesquisadores por um período de quase um semestre naquele país, permitindo uma compreensão aprofundada sobre a cultura e a realidade de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e inovação sul-coreanos. Auxiliou na organização da agenda do governo do estado quando da visita da comitiva do Rio Grande do Sul à Coreia. E também tem dado suporte importante no estabelecimento da HT Micron em São Leopoldo, passos importantes para estabelecer fortes laços entre ambos os países.

IHU On-Line - Qual a importância da HT Micron no câmpus da Unisinos, considerando essa aposta na área de semicondutores para o Brasil?

Guilherme Vaccaro - Em nosso entendimento, a importância é grande. A HT Micron ingressa no mercado brasileiro com protagonismo nesse movi-

mento. Primeiramente, por se tratar de uma *joint venture* entre uma empresa coreana e uma empresa brasileira, de nosso estado. Depois, por trazer conhecimento e tecnologia que a permitirá produzir grandes volumes e atender parte desse mercado, contribuindo para reduzir o déficit da balança comercial brasileira no setor. E por último, mas não menos importante, por trazer da cultura sul-coreana a forte compreensão da importância da parceria universidade-empresa no desenvolvimento de tecnologia.

IHU On-Line - Por que a cadeia de semicondutores é um assunto primordial para o governo federal?

Guilherme Vaccaro - O governo federal a considera assim, pelas razões anteriormente comentadas. É portadora de futuro, intensiva em tecnologia e geradora de propriedade intelectual e inovação. Gera produtos de alto valor agregado e de larga aplicação em praticamente todas as atividades econômicas. Sendo assim, consta em diversos documentos de políticas e es-

tratégias governamentais, como o Livro Azul e programas do MCT (PADIS e PPB), por exemplo.

IHU On-Line - Pode falar um pouco mais sobre o Instituto de Semicondutores que a Unisinos está implementando?

Guilherme Vaccaro - A Unisinos desenvolveu, no decorrer de 2011, um projeto de instituto tecnológico focado no encapsulamento de semicondutores, isto é, focado no tipo de atividade que empresas como HT Micron, Smart Modular e outras desenvolvem no país. O instituto proverá diversos serviços tecnológicos e formação técnica e superior para o desenvolvimento de projetos, produtos e pessoal nessa área. Foi concebido para estar em contato direto com o mercado, com empresas e outros centros de pesquisa e desenvolvimento, buscando aproximar ainda mais a Unisinos desses agentes de inovação (empresas e centros de P&D). É mais uma forma de a universidade contribuir concretamente com um tema estratégico para o país.

CICLO DE ESTUDOS: REPENSANDO OS CLÁSSICOS DA ECONOMIA - EDIÇÃO 2011

CELSO FURTADO: O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA FURTADIANO E SUA ATUALIDADE

PROF. DR. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA - UFRGS

DATA: 24/10/2011

INFORMAÇÕES EM [HTTP://MIGRE.ME/5WQ3L](http://migre.me/5WQ3L)



A economia política dos trabalhadores da mídia chinesa

POR YAO JIANHUA*

Um dos resultados da convergência tecnológica e sinergia corporativa ou institucional é a transformação de boa parte da força de trabalho, incluindo os trabalhadores do conhecimento, em trabalhadores precários. Na atualidade, ninguém, nem mesmo aqueles em profissões tradicionais, tem possibilidade de esperar um padrão fixo de trabalho no curso de sua vida profissional. Com o aumento da porcentagem de trabalhadores irregulares, tanto os de ramos industriais em serviços baratos como os do conhecimento que ocupam altos cargos encontram-se, cada vez mais, sob pressão para se prepararem para um futuro no qual eles serão capazes de competir em um mercado mutável. O segundo grupo, em particular, está confrontando-se, cada vez mais, com a completa incerteza que permeia o seu futuro, a natureza temporária de seus contratos de trabalho e sua exclusão de qualquer proteção garantida pelo seguro social. Contribuindo para os numerosos estudos sobre trabalhadores do conhecimento, minha pesquisa concentra-se especificamente nos desafios enfrentados pelos

trabalhadores da mídia chinesa, provocados pelo desenvolvimento social. Ademais, de uma perspectiva muito mais ampla, o trabalho também analisa de que forma os trabalhadores do conhecimento nas indústrias de mídia chinesas vêm competindo com a rápida transformação, informatização, transnacionalização do capitalismo juntamente com a divisão global de trabalho.

Em primeiro lugar, a investigação sobre a condição e a luta dos trabalhadores chineses da mídia precisa se basear na análise de classes na China. Com o desenvolvimento do capitalismo autoritário, a reconfiguração do poder de classe serve como uma dimensão constitutiva da reforma de mercado desse país, e se torna impossível compreender plenamente as características das mudanças socioeconômicas no Estado chinês sem formular como conceito interpretativo as relações de classes aí presentes. Com a privatização massiva de empreendimentos estatais e a adesão do Partido Comunista da China - PCC às tecnologias da informação, os trabalhadores industriais chineses estão

* Yao é mestre e graduado na Escola de Relações Internacionais e Administração Pública da Fudan University, Shanghai, China e é doutorando no departamento de sociologia da Queen's University, em Kingston, província de Ontário, Canadá. Como orientando de Vincent Mosco, participa ativamente do cenário internacional da Economia Política da Comunicação e colabora regularmente com o Grupo Cepos. E-mail: <yaojianhuatony@gmail.com>.

rapidamente perdendo o controle da produção e dos processos de inovação tecnológica que eles adquiriram sob a política proletária da era pré-reforma. Profissionais do conhecimento, ao contrário, são normalmente bem-educados, dotados das mais recentes habilidades tecnológicas, e muitas vezes situados em um nível mais elevado da hierarquia social. Eles tornaram-se gradualmente a classe dirigente do Estado “socialista”.

Em segundo lugar, em termos do processo produtivo dos operários da mídia chinesa, as relações de trabalho, os sistemas de recompensa e as organizações sindicais domesticadas são pilares para a fabricação de consentimento por serem indispensáveis no exame das condições político-econômicas e dos padrões sociais de formação de classes e reconstituição dos trabalhadores do conhecimento como setor de classe. Uma vez que a mídia e a comunicação são cada vez mais moldadas pelas relações sociais de comunicação, assim como pela estrutura de poder institucional mais ampla da sociedade, torna-se essencial examinar os trabalhadores da mídia como uma classe situada dentro de uma sociedade capitalista. Mais especificamente, as relações de classe e as lutas dos operários da mídia devem ser analisadas no processo de sua produção, controle e distribuição de informação e comunicação.

Em terceiro lugar, é importante entender o contexto da produção global de comunicação e tecnologia de

“As relações de classe e as lutas dos operários da mídia devem ser analisadas no processo de sua produção, controle e distribuição de informação e comunicação”

informação na qual os operários da mídia chinesa estão situados, a partir de uma perspectiva internacional com foco na divisão global do trabalho de conhecimento. Com os trabalhadores do conhecimento ocupando a maior parte dos empregos dos países desenvolvidos, e precipitadamente expandindo-se também para as nações mais pobres, eles acabam por desempenhar um papel cada vez mais crítico no movimento operário ao redor do mundo. Portanto, a investigação acerca da divisão global de trabalho envolve a transformação de um grande número de instituições sociais no intuito de responder ao capitalismo global, que incluem a rápida construção de mercados de trabalho, a reestruturação das forças de trabalho já existentes, novas políticas de Estado para regular a reprodução social, mu-

danças dramáticas dentro das relações domésticas e a criação de novos valores culturais. Assim, o estudo a respeito dos trabalhadores da mídia chinesa nunca poderá ser totalmente compreendido em termos nacionais, pois a China tem se tornado cada vez mais envolvida com a economia global informacional, tendo como resultado uma economia remodelada pelas redes de produção transnacionais.

Partindo desse contexto, como os trabalhadores do conhecimento deveriam agir? Provisoriamente, porém de forma bastante eficaz, o trabalho vem se organizando de maneira diferente e competindo com os desafios do desenvolvimento tecnológico e convergência institucional. Curiosamente, na China o trabalho organizado tem tomado a sua própria forma de convergência, reagindo à convergência tecnológica e corporativa na economia do conhecimento ao reunir os trabalhadores uma vez divididos pelas barreiras tecnológicas, industriais e de capacitação. Sindicatos e organizações afins têm tomado a iniciativa de oferecer benefícios transferíveis a quem compõe a força de trabalho móvel, assim como formações para toda a vida, ofertas de emprego, aconselhamento e planos de saúde para os trabalhadores que não são elegíveis para os benefícios concedidos por empregadores. Portanto, os trabalhadores chineses da mídia têm se unido, respondendo ativamente aos desafios trazidos pelo desenvolvimento social e pela divisão global do trabalho.



Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 03-10-2011 a 15-10-2011.

“Tentativas de regulamentar a internet e o lento processo de democratização da rede” Entrevista especial com Mário Brandão, presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital

Confira nas Notícias do Dia de 03-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5WjUh>

“No Brasil, a população tem acesso aos meios, ao uso, não”, diz Mário Brandão. Segundo ele, dos 180 milhões de habitantes que possuem telefone celular, 2/3 não efetuaram nenhuma ligação nos últimos seis meses. Essa situação revela que “a população de baixa renda tem celular, mas não pode realizar ligações porque não tem créditos para isso”.

“O cerrado é o veio natural da expansão sucroenergética no Brasil”

Entrevista especial com João Humberto Camellini, geógrafo da Unicamp

Confira nas Notícias do Dia de 04-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Wkcd>

“Apenas cerca de 4% do cerrado é protegido sob forma de unidades de conservação”, frisa João Humberto Camellini ao afirmar que há dificuldades de fiscalização e que na maioria dos estados ainda não há um zoneamento agroecológico.

Feijão transgênico. “A ‘porteira’ está aberta”

Entrevista especial com José Maria Gusman Ferraz, membro da CTNBio

Confira nas Notícias do Dia de 05-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Wkk3>

A comercialização do feijão transgênico foi liberada no Brasil pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, apesar dos apontamentos de irregularidades e evidências de que os estudos do produto “são falhos”, aponta José Ferraz.

Moçambique: “O menino bonito” da Vale

Entrevista especial com Jeremias Vunjanhe, jornalista moçambicano

Confira nas Notícias do Dia de 06-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5WkCs>

A mineradora brasileira Vale, Instalada em Moçambique desde 2004, tem causado polêmica entre os trabalhadores, ambientalistas e ativistas moçambicanos ao explorar minério na bacia carbonífera de Moatize, “uma das maiores reservas de carvão mineral não exploradas do mundo”, informa Jeremias Vunjanhe.

Articulação indígena pela demarcação de terras

Entrevista especial com Maurício Gonçalves, líder da comunidade indígena da Estiva, em Viamão, Rio Grande do Sul e Roberto Liebgott, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário - Cimi do Rio Grande do Sul

Confira nas Notícias do Dia de 07-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5WkRt>

“Reivindicamos fundamentalmente a demarcação de terras guarani no Rio Grande do Sul. Pedimos também que a Funai dê agilidade aos grupos de trabalho criados para identificar algumas terras guarani no estado. Os nossos guarani estão preocupados porque muitos indígenas estão vivendo em beira de estradas, embaixo de lonas”, constata Maurício Gonçalves

Educação brasileira: “É hora de um levante em defesa do Piso Nacional para professores” Entrevista especial

com Roberto Franklin Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Confira nas Notícias do Dia de 08-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Wl2y>

O impasse em relação ao pagamento do piso salarial para a categoria “está mostrando quem tem interesse em educação pública de qualidade e quem não tem”, frisa Franklin Leão ao enfatizar que os professores estão fazendo greve para cumprir uma lei que as autoridades insistem em não cumprir.

Mais estímulo ao desmatamento

Entrevista especial com André Lima, advogado

Confira nas Notícias do Dia de 09-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Wle7>

André Lima tem uma opinião convicta sobre o texto do novo Código Florestal que tramita no Senado. Para ele, o

projeto facilita a vida e cria um ambiente de estímulo aos novos desmatamentos ao permitir, por exemplo, que quem desmatar, depois da entrada em vigor da lei, poderá compen-sar fora do estado.

“Nossas cidades são insustentáveis”

Entrevista especial com Luciana Ferrara, arquiteta, pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP - LabHab FAUUSP

Confira nas Notícias do Dia de 10-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Vp2i>

“Todo mundo fala de crescimento desordenado porque a cidade aparenta ser caótica e sem controle. Mas, na verdade, essa aparente desordem é como ela se organiza, se configura de fato”, explica Luciana Ferrara ao comentar a insustentabilidade das cidades brasileiras.

A política agrícola brasileira e o incentivo aos agrotóxicos

Entrevista especial com Flávia Londres, engenheira agrônoma, consultora da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA

Confira nas Notícias do Dia de 11-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Vp57>

O elevado e “alarmante consumo” de agrotóxicos no Brasil é resultado “de um conjunto de opções políticas adotadas pelo país, que remonta aos anos 1960”, esclarece a pesquisadora. Há 50 anos o Brasil potencializou investimentos em um modelo agrícola de monocultura que incentiva o uso de agrotóxicos nas plantações.

Círio de Nazaré: um dos maiores rituais do mundo

Entrevista especial com Silvio José de Lima Figueiredo, professor adjunto da Universidade Federal do Pará - UFPA

Confira nas Notícias do Dia de 12-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Vp8P>

A capital paraense, a cada segundo domingo de outubro, homenageia Nossa Senhora de Nazaré, na Festa do Círio, considerada o Natal dos paraenses. Realizada dia 9 deste mês, a romaria contou com cerca de 2,3 milhões deromeiros, em homenagem à mãe de Jesus. O símbolo mais importante da procissão, depois da imagem da santa, é a

corda, pois representa a “ligação entre o homem e o sagrado, sem muita mediação: é o corpo oferecido em sacrifício em busca do êxtase”, constata Silvio Figueiredo.

“O ser humano é muito mais do que o binômio afetivo-sexual”

Entrevista especial com Fernanda Ferreira Canfield da Luz, assistente social, professora da Faculdade São Francisco de Assis - Unifin

Confira nas Notícias do Dia de 13-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5VpaD>

“Hoje, no Brasil, o movimento LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros têm visibilidade. Essa visibilidade coloca o governo na obrigatoriedade de atender aos direitos humanos que prega e isso tem facilitado a inserção do movimento no país e nos municípios, como Porto Alegre”, afirma a pesquisadora.

Partido dos Trabalhadores: da reforma agrária ao agronegócio

Entrevista especial com Clifford Andrew Welch, historiador, professor na Universidade Católica de São Paulo - Unesp

Confira nas Notícias do Dia de 14-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5VoYd>

“Uma verdadeira reforma agrária vai mudar a estrutura fundiária do campo e isso não tem acontecido em nenhum mandato desde que a questão entrou na Constituição em 1988”, lamenta o historiador.

Guarani-kaiowá: um grito de desespero

Entrevista especial com Egon Heck, coordenador do Cimi - MS

Confira nas Notícias do Dia 15-10-2011

Acesse no link <http://migre.me/5Wlid>

O Conselho Indigenista Missionário - Cimi vem a público denunciar e repudiar os ataques terroristas e genocidas desferidos contra os guarani-kaiowá, da comunidade Pyelito Kue, em Iguatemi, no estado do Mato Grosso do Sul, ocorridos nos dias 23 de agosto e 5 de setembro. Além de terem seus pertences destruídos, vários indígenas foram covardemente agredidos por homens fortemente armados.

WWW.IHU.UNISINOS.BR



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

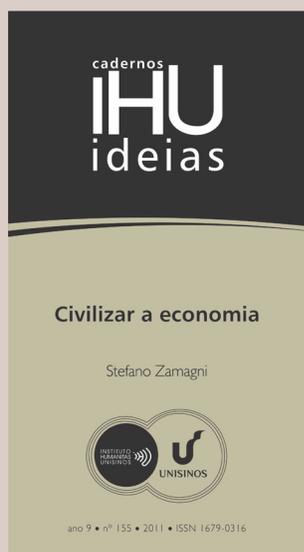
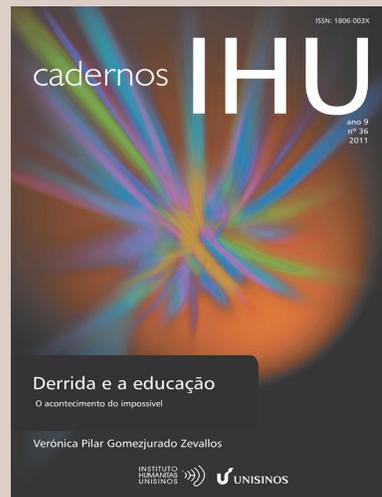
IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades

Por outro modo de consumir: descrição de algumas experiências alternativas

Prof. Dr. Serge Latouche - Professor de Economia na Universidade de Paris XI - Sceaux/Orsay

**Horário: das 16h às 18h
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU**

Data: 22/11/2011

Informações em www.ihu.unisinos.br

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

| |
|--|
| Dia 17-10-2011 |
| <p>Evento: Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana” Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - Unisinos Tema: O arquivo e a testemunha Horário: 14 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://bit.ly/qQ7NQP</p> |
| Dia 17-10-2011 |
| <p>Evento: EAD - Jesus e o reino no Evangelho de Marcos - 2011 Tema: Testemunho do Reino e formação dos discípulos (Mc 8,22 - 10,52) Maiores informações: http://migre.me/5VoNN</p> |
| Dia 19-10-2011 |
| <p>Evento: Ciclo de Debates: Alimentação Saudável e Sustentável Palestrante: Cláudia Lílian Witt - Nutricionista do Projeto Alerta da Unisinos Exibição do filme: O veneno está na mesa (Direção: Silvio Tendler - 50 minutos) Horário: 19h30min às 22h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://migre.me/5VoQT</p> |
| Dia 20-10-2011 |
| <p>Evento: IHU ideias - outubro 2011 Palestrante: Fabiana Thomé da Cruz - doutoranda em Desenvolvimento Rural - UFRGS Tema: Repensando a qualidade dos alimentos e da alimentação: o “bom, limpo e justo” na perspectiva do Movimento Slow Food Horário: 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://migre.me/5VoT8</p> |
| <p>Evento: Ciclo de Debates: Alimentação Saudável e Sustentável Palestrante: Fabiana Thomé da Cruz - doutoranda em Desenvolvimento Rural - UFRGS Tema: Repensando a qualidade dos alimentos e da alimentação: o “bom, limpo e justo” na perspectiva do Movimento Slow Food Horário: 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Maiores informações: http://migre.me/5VoTH</p> |

Acesse a programação completa
dos eventos do IHU em
www.ihu.unisinos.br

A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito

Barbárie dos estados de exceção valeu-se da lógica tanatopolítica e continua a ameaçar a vida humana, assegura Castor Bartolomé Ruiz. Enunciados de “vidas infames” resgatam a desconexão entre o ser vivo e o ser que fala

POR CASTOR BARTOLOMÉ RUIZ

“O testemunho adquire sua singularidade filosófica e política porque é uma potência de dizer que se adquire pela possibilidade da impotência de não conseguir falar. Essa potencialidade e impotência do testemunho não se resolvem na identidade da consciência racional do sujeito, nem se explicam como dualidades incomunicáveis”. Além disso, “a contingência é constitutiva do testemunho, ele pode ou não ser. A contingência do testemunho, ou seja, a possibilidade do sujeito fazer seu enunciado, vai além da mera possibilidade do sujeito querer ou não dizer algo”. As afirmações fazem parte do artigo exclusivo, escrito pelo filósofo espanhol Castor Bartolomé Ruiz à **IHU On-Line**, adiantando aspectos que irá debater nesta segunda-feira, 17-10-2011, na conferência intitulada O arquivo e a testemunha, dentro da programação do evento Tópicos Especiais II: Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana”. A programação completa da atividade pode ser consultada em <http://bit.ly/qQ7NQp>.

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em filosofia da Unisinos, Castor Bartolomé Ruiz é graduado no curso de Filosofia, pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e doutor em Filosofia, pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006); *Propiedad o alteridad, un dilema de los derechos humanos* (Bilbao: Universidad de Deusto, 2006); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Leia, ainda, o livro eletrônico do XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana, no qual Castor contribui com o artigo *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>. Confira o artigo.

A metade do século XX colocou em debate a questão do sujeito. Tal debate começou, ainda no século XIX, com os questionamentos aos modelos racionalistas, essencialistas e dualistas do humano, que nada mais seriam do que meras construções significativas, culturais e históricas sobre nós mesmos. O teor desses questionamentos foi-se ampliando até colocar em questão o sentido da pessoa humana: “Existe a pessoa humana?”, pré-anunciando a morte do sujeito.

O limiar deste debate atinge ao sentido do humano: Que é humano? Qual a sua distinção qualitativa, se a tiver, do

resto das espécies vivas? Ao questionar o próprio estatuto do humano está-se colocando em xeque a singularidade de nossa própria existência como seres viventes. O ponto álgido desse debate foi atingido nas práticas biopolíticas em que a vida humana fica reduzida à mera vida natural. O humano é assimilado ao biológico cuja característica principal seria a utilidade, ou não, da vida humana como recurso produtivo. A biopolítica coloca em ação uma resposta prática ao debate sobre o humano: identifica o humano ao biológico, naturaliza-o como elemento eficiente para a consecução de resultados insti-

tucionais ou estruturais.

Um dos lados perversos a que o achamento biopolítico do humano conduz já o experimentamos nas múltiplas formas de tanatopolítica que a razão moderna do Estado e do mercado implementou desde sua origem. O genocídio dos povos indígenas e a escravidão foram implementados durante mais de três séculos como políticas de Estado moderno e estratégias de mercado que reduziu a vida de milhões de seres humanos à condição de mera vida nua, *homo sacer*, sem outro valor que força de trabalho pronta para ser explorada. Os racismos e as políticas colonialistas que, desde

o século XVI até nossa contemporaneidade, se alastraram sobre o planeta, como políticas de Estados modernos e de mercados inovadores, tinham como escopo comum a redução biopolítica da vida humana de milhares de pessoas a seres vivos de segunda ou terceira categoria: *homo sacer* aos que se lhes negou a cidadania e os direitos fundamentais da vida humana. O horror dos campos de extermínio nazistas se constituiu no clímax da tanatopolítica que permitiu reduzir determinados grupos humanos à mera vida natural: animais sem direito, vidas biológicas disponíveis a qualquer experimentação ou destruição. A barbárie dos estados de exceção, que durante décadas assombraram a vida de nossas sociedades latino-americanas, utilizou-se da lógica tanatopolítica que reduz a vida humana dos opositores à categoria de parasitas ameaçadores que, como qualquer vírus que ameaça o corpo vivo, devem ser eliminados para preservar a vida do corpo social: a ordem instituída.

Enganamo-nos se lermos as consequências perversas da biopolítica como algo do passado que não mais ameaça a vida humana. Ou pensarmos que tais barbáries não mais ocorrerão em proporções tão gigantescas como as que foram praticadas? Enquanto a vida humana possa atingir o estatuto de mero recurso natural, pura vida nua, ninguém estará a salvo da barbárie. Recentes acontecimentos políticos, econômicos e tecnológicos nos alertam, mais uma vez, para esta possibilidade.

A tanatopolítica mostrou algumas das consequências a que conduz a redução da vida humana como mera vida natural. Porém, para proteger-nos de tal ameaça biopolítica, não podemos pensar no retorno ao prisma do dualismo antropológico, nem advogar pelo humano como uma essência determinada. Continua em aberto o debate sobre o ser humano, sobre quem somos. Talvez um debate que não possa e nem deva fechar-se porque a inexauribilidade nos constitui. Porém, não podemos renunciar a repensar-nos sempre sob novas perspectivas.

Enunciação sobre si mesmo

Agamben¹, na sua obra *O que resta*

¹ Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facolta di Design e arti della IUAV

de *Auschwitz*, retoma essa problemática, entre outras, desde a perspectiva da filosofia da linguagem e sua conexão com a biopolítica. Lembra o autor que devemos aos estudos filológicos e semânticos do grande linguista Émile Benveniste, na sua obra *Semiologia da língua*, a importância da distinção entre o enunciado e a enunciação. O enunciado diz respeito às proposições e conteúdo do discurso, a enunciação diz respeito ao puro ato de enunciar, à pura possibilidade de podermos enunciar. Os linguistas e a filosofia da linguagem têm-se ocupado, desde diversas perspectivas, com a compreensão dos enunciados, mas foi Benveniste que destacou a importância da enunciação como parte constitutiva e ainda primária da própria possibilidade de a linguagem ser. No enunciado está em jogo uma teoria das proposições e do discurso; na enunciação está em questão o sujeito. É o sujeito que enuncia, e porque há um sujeito existe uma enunciação. O sujeito se expressa como tal no ato da enunciação. Na enunciação nos encontramos

(Venezia), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNKY>. Confira, também, a entrevista *Compreender a atualidade através de Agamben*, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna*, disponível em <http://migre.me/uNo5>. Leia, ainda, as edições 344, de 21-09-2010, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://migre.me/5WjQm e 343>, de 13-09-2010 *O (des) governo biopolítico da vida humana*, disponível em <http://migre.me/5WjSa>. (Nota da IHU On-Line)

com o sujeito, esse enigma sempre por desvendar e que nos coloca a questão: Quem é o sujeito da enunciação?

A própria biografia de Benveniste colocou em questão, de forma imprevisível, a questão do sujeito da enunciação na sua própria pessoa. No ano 1969, quando Benveniste ainda era docente do Collège de France, num dia qualquer, quando passeava por Paris, de repente foi acometido por uma perda total e súbita de memória. Uma afaxia aguda lhe apagou nele toda memória e consciência de si como sujeito social. Perambulou perdido pela cidade; como não levava documentos, não foi reconhecido. Não podia dizer de si, não podia dizer-se como sujeito. Era um ser a quem a afaxia que lhe acometeu de repente, retirou-lhe a possibilidade da enunciação do discurso. Sem possibilidade de enunciar um pensamento sobre si, não poderia identificar-se nem também ser reconhecido por outros. A afaxia retirou dele a potência de enunciar sobre si mesmo. O dramático de sua biografia é que a afaxia lhe impediu desenvolver qualquer trabalho ou reflexão até sua morte, em 1972.

Coincidentemente, no mesmo ano 1969, Michel Foucault² publicava a sua

² Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a História da Loucura até a História da sexualidade (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como Vigiar e Punir e A História da Sexualidade. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMIS>, edição 203,

obra *Arqueologia do saber*, na qual desenvolve o seu método filosófico, a arqueologia, que tem como foco um estudo da possibilidade da enunciação. Esta obra surgiu como necessidade de sistematizar seu método de investigação, já desenvolvido na sua obra anterior, *As palavras e as coisas*, em que o tema central é a constituição do sujeito moderno através dos discursos das ciências humanas. A arqueologia é o método que pretende elucidar as condições de validação de um discurso num determinado momento. Ou seja, o que é que torna possível a enunciação de uma verdade numa determinada época e em outra não. Ou ainda, porque uma verdade e um discurso se tornam importantes, válidos e verdadeiros em um determinado momento. As condições de validação do discurso perseguidas no método arqueológico vão além da argumentação interna do discurso, da sua coerência racional ou da sua verificabilidade empírica. O que está em questão no método arqueológico são as condições históricas que possibilitam o enunciado enquanto enunciado. Ou seja, porque um enunciado é possível e ainda válido numa determinada época.

Embora Foucault não mencione Benviste nem seus estudos, um fio oculto os conecta. Há algo de não dito no já dito do discurso do próprio Foucault. Contudo, este se tornou o primeiro filósofo a compreender e desenvolver as potencialidades da teoria de Benviste sobre os enunciados. A enunciação não é um texto, mas um acontecimento. É o acontecimento da enunciação que

de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em Formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico, disponível em <http://migre.me/zASQ>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyaH>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada O (des)governo biopolítico da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://bit.ly/9SQcgl>. (Nota da IHU On-Line)

“Ao questionar o próprio estatuto do humano está-se colocando em xeque a singularidade de nossa própria existência como seres viventes. O ponto álgido deste debate foi atingido nas práticas biopolíticas em que a vida humana fica reduzida a mera vida natural”

coloca em jogo o sujeito que enuncia. O acontecimento é prévio ao texto, cria o texto, e com ele revela o sujeito. A enunciação é um acontecimento, um puro acontecimento da linguagem. De certa forma, a enunciação como acontecimento desvela um “fora da linguagem” que a possibilita como tal. A arqueologia realiza uma espécie de metassemântica da enunciação, algo que estava previsto nos objetivos do programa de investigação de Benviste.

O enunciado, ao acontecer como puro dizer da linguagem, revela o sujeito que possibilita o acontecimento, mas também coloca a questão, de novo, do sujeito. A constituição das ciências humanas como saberes e discursos modernos fizeram surgir de modo conexo uma determinada visão do sujeito identificado com um eu racional (*cogito ergo sum*), autossuficiente, um indivíduo psicossomático num estado de natureza comum e universal que se diversifica ao contato com o social, ou ainda um sujeito transcendental com *a priori* metafísicos que o determinam como tal. Ao problematizar o enunciado como acontecimento, coloca-se a questão da historicidade do sujeito, ainda a própria realização do sujeito como acontecimento. Segundo Foucault, o sujeito não pré-existe ao enunciado como uma essência ao ato,

mas ele se constitui como sujeito no ato de enunciar. A enunciação, a possibilidade de proferir um determinado discurso e instituir uma determinada verdade como verdade, constitui o ser do sujeito, constitui o sujeito enquanto ser. O sujeito se perfila como uma inexistência em cujo vazio se persegue a difusão indefinida da linguagem.

A arqueologia do sujeito na enunciação mostra um vazio originário que o constitui como sujeito. Esse vazio nos produz a vertigem de pensar na sua não existência já determinada; nos propõe o desafio de pensá-la como existência construída. Ainda, a arqueologia da enunciação desvela o lugar vazio do sujeito, que não quer dizer um lugar sem sujeito, mas alguém que se constitui sujeito pela própria ação. A ação, neste caso enunciativa, constitui o sujeito. Nele se entrecruzam muitos enunciados e discursos que o constituem como sujeito histórico ao mesmo tempo em que ele os enuncia como tais. O sujeito da enunciação nunca é um criador total dos enunciados, pois ele se inscreve como sujeito numa herança discursiva a partir da qual se constitui como continuador de saberes e discursos. A possibilidade de enunciar um discurso também desvela as condições necessárias para que ela aconteça. Essas condições históricas são as que constituem o sujeito como tal. Embora também possa se dizer que a potência do sujeito não está determinada pelas condições históricas. Ele se realiza como sujeito nessas contingências, mas não está determinado a ser por elas. Há algo de indeterminável na potencialidade do sujeito, embora ele só poderá ser sujeito no fluir dos acontecimentos em que se constitui. É muito conhecida a afirmação aforística de Foucault a respeito da morte do sujeito. Deliberadamente provocativa, ela anuncia a morte de uma determinada visão do sujeito, a moderna, para outras virem a se constituir em seu lugar, num processo indefinido de repensarmos o que somos, quem somos.

Vidas infames

O sujeito se constitui como tal pelo acontecimento; ele não pré-existe como essência pronta da natureza. O acontecimento através do qual se torna sujeito é sua potência de enuncia-

ção. Esta lhe possibilita ser como sujeito que enuncia e se anuncia, ou se anuncia ao enunciar-se.

Agamben propõe pensar a problemática do sujeito a partir daqueles indivíduos que são levados a ocupar um determinado vazio do sujeito na enunciação. A problemática do sujeito reveste uma outra perspectiva quando se pensa o que acontece com o sujeito que é levado a ocupar um determinado enunciado. O sujeito, nesta condição, não pode enunciar-se; ele é meramente enunciado. Quando o indivíduo é levado (obrigado ou induzido) a ocupar vazio do sujeito num enunciado, ele perde a capacidade de enunciar-se como sujeito. Ele perde a potência de produzir o acontecimento do enunciado pelo qual se constitui sujeito da enunciação e como consequência da linguagem.

Embora Foucault não tenha se colocado a desenvolver de forma explícita a questão proposta por Agamben, ele tratou dela minuciosamente na obra *A vida dos homens infames*. Nesta obra, resgata do anonimato as vidas declaradas infames por atos de enunciação (que sempre são atos de poder): sentenças, condenações, *lettres de cachet*, diagnósticos médicos, etc., condenaram ao ostracismo milhares de vidas humanas na condição de vidas infames. Essas vidas silenciadas, inexistentes porque não foram enunciadas, não teriam deixado nenhum sinal de si caso não fossem arrancadas do esquecimento por um ato de memória. O que restou delas foi o arquivo dos enunciados das sentenças, relatórios, processos, diagnósticos, em que sua memória é preservada como memória do arquivo enunciativo. O que essas vidas infames revelam é a possibilidade de indivíduos serem levados a ocupar o lugar vazio da enunciação produzido por outros. Eles resultam dos efeitos de poder de um enunciado que os enuncia como infames e em tal condição são condenados ao ostracismo da vida.

Nos enunciados dessas vidas infames não se resgata a biografia pura de um sujeito, mas a desconexão entre o ser vivo e o ser que fala. Eles são puro ser vivo que não tem fala; a enunciação foi produzida para eles e sobre eles. A dissociação entre o ser vivo e o poder de enunciar demarca um espaço (in)humano em

“O humano é assimilado ao biológico cuja característica principal seria a utilidade, ou não, da vida humana como recurso produtivo. A biopolítica coloca em ação uma resposta prática ao debate sobre o humano”

que o lugar vazio do sujeito é ocupado pelo enunciado imposto por outros que o conduziram a tal condição. A tragédia dessas vidas humanas desprovidas do poder da enunciação de si não se recompõe outorgando-lhes a memória biográfica de existências oprimidas, mas assinalando neles a ardência de um *ethos* imemorable. O que brilha na escuridão do silêncio imposto no opróbrio destas vidas é o testemunho, que vai além de qualquer biografia.

Foucault denomina de *arquivo* tudo aquilo que possibilita a realização do enunciado. Arquivo são as condições de possibilidade do enunciado. O conjunto de regras e condições que pré-existem condicionando-o e possibilitando-o. Por isso o arquivo está aquém do discurso, antes do enunciado. O arquivo se situaria entre a língua, como pura possibilidade de dizer, e o discurso como resultado da linguagem. O arquivo é a dimensão não semântica, metassemântica, que explica a possibilidade de ser das verdades, proposições e discursos.

Agamben propõe fazer um outro deslocamento da possibilidade do discurso e situá-lo não entre a língua (*langue*), como pura possibilidade de dizer, e o discurso, como o dito, que é o lugar do arquivo, mas pensar na pura possibilidade de dizer. Ou seja, o lugar da pura possibilidade da língua. Propõe problematizar não tanto o espaço que se constitui entre o discurso e o fato

que o realiza, entre o enunciado e a enunciação, que é o lugar do arquivo e da arqueologia de Foucault, mas o *locus* que está antes da enunciação. O lugar em que se produz a possibilidade de enunciar algo, a materialidade em si de poder realizar o enunciado. A potência de dizer.

O que Agamben propõe não é pensarmos um dentro e fora da enunciação e do enunciado, da linguagem e do discurso, mas o dentro e fora da língua como pura potência de dizer algo. Neste caso, se se denomina arquivo ao sistema de relações que possibilita a enunciação e o enunciado, denominaremos *testemunho* o sistema de relações que constituem o dentro e fora da língua, o que possibilita o dizer ou não dizer algo. O testemunho entrelaça as possibilidades da potência de dizer e a existência do dizer, ele constitui a possibilidade ou impossibilidade de dizer algo. O testemunho abre um novo campo para pensarmos o sujeito. Ele se realiza ou não entre a potência e impotência. Ao pensarmos a potência ou não da língua, inscrevemos uma cisão na própria possibilidade de ser ou não a língua. Uma cisão que se realiza pela potência ou impotência de dizer algo, que será o testemunho. Nessa cisão situa-se o sujeito.

O testemunho é a possibilidade ou impossibilidade de dizer algo e o fato de que aconteça. Nessa condição o testemunho só pode acontecer se há possibilidade de que ele não aconteça. A contingência é constitutiva do testemunho; ele pode ou não ser. A contingência do testemunho, ou seja, a possibilidade de o sujeito fazer seu enunciado, vai além da mera possibilidade do sujeito querer ou não dizer algo. Ela tem a ver com a possibilidade da língua. Neste caso, o sujeito está em correlação com a possibilidade de que a língua não exista para ele, que por algum motivo lhe seja negada a possibilidade de dizer e com ela sua possibilidade de dizer-se como sujeito. Seu ser sujeito é contingente ao ponto de existir correferido à possibilidade de ter ou não a potência da língua. O ser humano é o ser vivente que tem a linguagem como potência, mas que pôde não ter a língua como realidade. Esta é a cisão dramática em que se constitui o ser sujeito e que perfaz

o ser do sujeito.

Sujeito entre parênteses

Sem a potência da língua, da possibilidade de enunciar, o sujeito fica privado daquilo que o constitui como tal e, como consequência, reduzido a mero ser vivente. A contingência não se limita a uma categoria modal entre outras, mas se constitui na possibilidade da potência. Por isso a contingência é acontecimento porque tem a potência de existir ou não. A subjetividade se realiza como potência da contingência, como possibilidade ou não de existir do sujeito sob determinadas condições.

Na tese de Foucault, na relação que se constitui entre o ato da enunciação e o enunciado, é possível colocar o sujeito entre parênteses porque a enunciação que o enuncia está densamente perpassada pelas condições arqueológicas que possibilitam seu discurso. Porém, a relação entre a língua, o puro ato de dizer e a sua existência exigem uma subjetividade como aquele que atesta na possibilidade de dizer, a impossibilidade de que a palavra não aconteça. Ela se apresenta como *testemunha* que tem a possibilidade de dizer a palavra, inclusive quando outros não a têm. O testemunho adquire sua singularidade filosófica e política porque é uma potência de dizer que se adquire pela possibilidade da impotência de não conseguir falar. Essa potencialidade e impotência do testemunho não se resolvem na identidade da consciência racional do sujeito, nem se explicam como dualidades incomunicáveis. A tensão contingente da potencialidade de dizer algo e a impossibilidade de fazê-lo constitui o testemunho.

As categorias da impossibilidade, como negação absoluta que determina um modo impossível de ser, e a necessidade como categoria que impõe o modo necessário de ser são os operadores da negação do sujeito. Ainda, num outro aspecto, as categorias impossibilidade e necessidade revestem a substancialidade de um sujeito que está levado a ser o que a sua essência define. Não há sujeito quando este se encontra determinado pela necessidade do que deve fazer ou a impossibilidade do que não pode realizar. Pelo contrário, a possibilidade do sujeito e a realização da subjetividade aconte-

**“O sujeito se constitui
como tal pelo
acontecimento; ele não
pré-existe como essência
pronta da natureza. O
acontecimento através
do qual se torna sujeito
é sua potência de
enunciação”**

cem pelas categorias da contingência e da possibilidade. O sujeito se realiza na possibilidade de ser alguém e na contingência de no sê-lo. O sujeito se constitui pelas possibilidades históricas de sua contingência.

A testemunha emerge como sujeito na cisão que perpassa a potencialidade e a contingência humana. O latim criou três termos diferentes para especificar as possibilidades da testemunha. Chamou de *testis* à testemunha que observou um fato; ela pode testemunhar desde fora do acontecimento. Denominou *supertestis* à testemunha que sofreu o acontecimento e como tal pode dar testemunho desde dentro do acontecimento. É o testemunho do sobrevivente. O testemunho do *supertestis* é em si mesmo um acontecimento porque ele, ao narrar o acontecido, cria seu sentido desde dentro do mesmo. O *supertestis* é o sobrevivente. Ainda o latim denomina de *auctor* aquele que sai como testemunha fiadora de alguém. A fórmula *auctor fio* se constitui no testemunho pelo qual alguém sai fiador de outro em várias circunstâncias.

Agamben traz para o debate a condição singular, única, do sobrevivente desumanizado que em tal condição perdeu sequer a possibilidade de enunciar o testemunho e por tanto parece estar condenado a não ser sujeito nem testemunha. A figura do chamado muçulmano nos campos de extermínio nazistas é uma interpelação viva à impossibilidade de testemunhar enquanto sua vida desumanizada é o mais puro

testemunho que nenhum enunciado será capaz de dizer. A vida desumanizada ao extremo perde a possibilidade de poder sequer enunciar o testemunho. Nas condições de embrutecimento extremo, o humano fica reduzido à mera sobrevivência biológica despojada da possibilidade humana de dizer-se como sujeito histórico. Essa condição da vida desumanizada interpela aos dispositivos biopolíticos que a reduziram a tal estado, mas também questiona a possibilidade de repor sua condição de sujeito negada pela biopolítica.

O ato do testemunho do *auctor* reflète com nitidez a possibilidade e a impossibilidade de a testemunha em muitos casos poder dizer seu próprio testemunho. O *auctor* testemunha no lugar do outro refletindo a cisão constitutiva do sujeito do testemunho. Ele é um sujeito cindido cuja consistência reside na desconexão entre a potência de dizer e não dizer. O *auctor*, que fala pelo outro, é testemunha de uma desubjetivação que opera naquele que não tem o pleno poder de dizer. Esta cisão do testemunho se torna nítida e dramática naqueles que testemunham o sofrimento do outro porque a vida desumanizada não mais tem capacidade de enunciar. A palavra emprestada como testemunho para o outro que não tem mais a palavra revela a fratura que habita o testemunho como acontecimento, que, por sua vez, é a fratura que institui o sujeito. O testemunho do sobrevivente é um dizer sobre condições não humanas de existência. No caso extremo da vida desumanizada, a existência reduzida a condições de sobrevivência miserável nega a possibilidade de enunciar-se como sujeito e parece negar a possibilidade do testemunho. A sua desumanização lhe retira a possibilidade da palavra e com a potência do testemunho como enunciado. Contudo e paradoxalmente, sua pura existência se constitui num testemunho mudo que grita no silêncio, embora sem a palavra. A vida desumanizada é o verdadeiro testemunho. Nela habita uma aporia que lhe nega a possibilidade de enunciar o testemunho, mas tal negação o torna a testemunha mais verídica porque seu testemunho acontece aquém da linguagem. Para realizar o

enunciado do seu testemunho, requer a presença do outro que testemunhe a realidade que ele não pode fazer.

Sujeito do testemunho

A dualidade trágica do humano despojado de tal condição e reduzido a inumano se torna manifesta na impossibilidade de testemunhar por si. A condição humana quando reduzida tal inumanidade encontra-se privada da potência do testemunho. Nele encontram-se cindidos e divididos o ser vivente do ser falante, o ser vivo e sua palavra. A inumanidade resguarda uma margem de indecibilidade. Há muito de indizível na inumanidade a que se encontram reduzidos aqueles que por violência política ou econômica sobrevivem no limiar da mera vida biológica. O testemunho situa-se como potência de dizer ou não, que no caso das vidas desumanizadas revela-se como cisão trágica do ser vivente que não tem o poder da palavra. Como consequência a ele se nega a possibilidade de sua existência de sujeito social. A vida desumanizada contém uma experiência inenarrável que o testemunho não pode dizer. Há uma impotência de dizer a totalidade do acontecimento da condição inumana. O seu testemunho manifesta-se também como impotência de dizer o acontecimento. A autoridade da verdade testemunha sobrevivente e da vida desumanizada não decorre da mera verificabilidade dos fatos. A vida desumanizada não pode dizer o inenarrável do acontecimento inumano, mas tal impossibilidade torna seu testemunho mais incisivo. A verdade do testemunho desvia-se da empiria dos fatos para penetrar na condição indizível da experiência vivida.

Só é possível o testemunho onde tem possibilidade de dizer e só há testemunha onde aconteça uma forma de dessubjetivação. O sujeito se constitui como tal enquanto tem capacidade de dessubjetivar-se para constituir-se sempre como sujeito a partir da relação com o outro. A relação de alteridade constitui o sujeito. Na relação não operam duas substâncias maciças de consciências naturais em choque, mas se descentra um sujeito. Esse se constitui como tal na relação com outro. O sujeito existe sempre como sujeito

“Nos enunciados dessas vidas infames não se resgata a biografia pura de um sujeito, mas a desconexão entre o ser vivo e o ser que fala. Eles são puro ser vivo que não tem fala, a enunciação foi produzida para eles e sobre eles”

alterado. A relação com o alter constitui a subjetividade aberta do sujeito. A alteração da relação exige uma permanente dessubjetivação sem negar a possibilidade do sujeito. Dessubjetivar-se sem negar a potência de ser sujeito, eis a fratura a que está submetida a condição histórica do sujeito.

O sujeito do testemunho revela-se como resto. Não como um novo substrato substancial da essência humana, mas como relação que resta na tensão entre potência de dizer ou não. A testemunha apresenta-se como resto em que o humano se diz na forma de tensão entre contingência e potência, entre possibilidade ou não de ser. A tensão realiza o sujeito na sua ação e a testemunha reflete esse ponto inicial onde o sujeito se manifesta como possibilidade de dizer o acontecimento.

O conceito de resto tem ressonâncias teológicas, uma vez que resto foi a categoria sociológica utilizada para denominar o que restou do povo de Israel no exílio. O resto serviu como categoria teológica para identificar aqueles que se mantêm fiéis à aliança, sempre um resto. Ainda, Agamben propõe deslocar o resto para um formulação antropológica que representaria o que resta no sujeito na tensão constitutiva da sua contingência e potência. O resto teológico existe como povo em relação imediata com o *eschatón*, que se corresponde com o evento messiânico ou com a eleição.

Paulo, na carta aos Romanos, também aponta para esta relação paradoxal do resto. O que identifica o resto é a cisão que se opera entre o povo como totalidade chamada à salvação e aqueles que aceitam que são sempre um resto. O resto aparece como figura soteriológica em que todos são chamados a participar, embora nem todos estejam efetivamente respondendo ao chamado. O resto é atravessado pela cisão em que todos são chamados a ser sujeitos da salvação, embora não consigam recolher a plenitude de todo o sujeito que é chamado. O resto é um sujeito histórico aberto a todos, embora distante da totalidade. Ele é um sujeito fraturado pela possibilidade de ser aberta para todos e a contingência histórica de alguns.

O resto, como figura do sujeito histórico da salvação, conecta-se como a figura antropológica da testemunha. Ambos compartilham a aporia de expressar a possibilidade como potência do sujeito, embora só possa realizar-se como contingência. Isso quer dizer que o resto, como sujeito soteriológico, e a testemunha, como sujeito da enunciação, existem no paradoxo de um enunciado que é incapaz de enunciar tudo o que poderia ser dito.

Se na enunciação do arquivo pode-se permitir o artifício linguístico de anunciar a relatividade e até a desaparecimento do sujeito arrolado pelos dispositivos arqueológicos que possibilitam sua capacidade de enunciar, na testemunha o sujeito é imprescindível. A testemunha demanda o ser do sujeito como possibilidade de dizer ou não dizer o testemunho. Só a existência da testemunha como sujeito pode realizar o enunciado do testemunho. Só ela, a testemunha, como sujeito pode dizer o testemunho como enunciado. Ainda mesmo, quando a testemunha é o sobrevivente desumanizado ao qual foi retirada toda possibilidade de enunciação do testemunho pela barbárie que o desumanizou, justamente a testemunha desumanizada é a plenitude do testemunho porque testemunha a impossibilidade radical de dizer o enunciado. Mas sua vida nua, sua condição de *homo sacer* a quem lhe foi negada a possibilidade sequer de enunciar o testemunho, essa condi-

ção de impossibilidade se transforma no testemunho mais radical. A aporia que surge na condição do sobrevivente desumanizado é que a potência de seu testemunho existe como uma coisa que impossibilita o dizer. Negada a possibilidade de enunciar o testemunho, retira-se-lhe a possibilidade de constituir-se em sujeito do enunciado. Só a testemunha *auctor* que sai fiador do sobrevivente poderá lhe emprestar a potência do enunciado para que o sobrevivente desumanizado possa ser sujeito.

A testemunha revela-se como resto do sujeito. Um resto em que a impossibilidade do sobrevivente desumanizado de enunciar-se como sujeito torna seu testemunho um puro testemunho. Um testemunho puro que existe pela impossibilidade de dizer-se como sujeito porque foi reduzido a mera vida nua. Porém, tal impossibilidade coexiste com a potência da testemunha *auctor* que sai fiador do outro, empresta a potência do enunciado como possibilidade de constituir-se em sujeito e constituir o sobrevivente desumanizado no resto do sujeito negado.

A testemunha é o resto que revela o sujeito negado pela biopolítica. A vida humana reduzida à mera vida natural é uma vida em que está negada a possibilidade de ser sujeito. A testemunha enuncia a vigência do sujeito como possibilidade de existir além dos dispositivos biopolíticos que se empenham em negar tal possibilidade.

LEIA MAIS...

Confira os outros artigos de Castor Bartolomé Ruiz sobre o evento Giorgio Agamben: "O Homo Sacer I, II, III . A exceção jurídica e o governo da vida humana"

* Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Revista IHU On-Line, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBmM8>.

* O campo como paradigma biopolítico moderno. Revista IHU On-Line, edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTZz3>;

* O estado de exceção como paradigma de governo. Revista IHU On-Line, edição 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nsUUpX>;

* A exceção jurídica e a vida humana. Cruzamentos e rupturas entre C. Schmitt e W. Benjamin. Revista IHU On-Line, edição 374, de 26-09-2011, disponível em <http://bit.ly/pDpE2N>;

* A testemunha, um acontecimento. Revista IHU On-Line, edição 375, de 03-10-2011, disponível em <http://bit.ly/q84Ecj>;

O Slow Food e o alimento bom, limpo e justo

Alimentação "fast" prioriza alimentos altamente processados, ao passo que o Slow Food incentiva o consumo de alimentos com sabor, cujo cultivo e reconhecimento dos produtores é levado em consideração

POR MÁRCIA JUNGES

“O conceito de alimento bom, limpo e justo, definido no Manifesto Slow Food para a Qualidade, compõe a filosofia do Movimento Slow Food e refere-se, em linhas gerais, ao sabor e ao modo de cultivo dos alimentos e também ao reconhecimento dos produtores pelo seu trabalho”. A definição é da engenheira de alimentos Fabiana Thomé da Cruz, na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line. Por outro lado, o modelo de alimentação classificado como "fast" é caracterizado por ser composto por "alimentos altamente processados, ricos em gorduras, carboidratos, açúcares e sódio".

Fabiana estará nesta quinta-feira, 20-10-2011, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU conduzindo o IHU Ideias, dentro da programação do Ciclo de Debates: Alimentação Saudável e Sustentável. Com o tema Repensando a qualidade dos alimentos e da alimentação: o "bom, limpo e justo" na perspectiva do Movimento Slow Food, a pesquisadora inicia sua fala às 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/5V06B>.

Graduada em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Fabiana é mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e doutoranda em Desenvolvimento Rural pela UFRGS com a tese Do normativo ao simbólico: as atitudes dos consumidores resignificando a qualidade dos alimentos. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (PGDR/UFRGS) e é co-editora da Coluna Alimentação e Cultura, mantida no website do Slow Food Brasil. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que é bom, limpo e justo na perspectiva do Slow Food? Fabiana Thomé da Cruz - O conceito de alimento bom, limpo e justo, definido no Manifesto Slow Food para a Qualidade, compõe a filosofia do Movimento Slow Food e refere-se, em linhas gerais, ao sabor e a o modo de cultivo dos alimentos e também ao reconhecimento dos produtores pelo seu trabalho. Alimento bom é entendido como decorrência de modos de produção e de processamento que

tenham o objetivo de preservar ao máximo a naturalidade dos alimentos. **Alimento limpo** é aquele produzido por meio de modos de cultivo que adotam práticas de agricultura, manejo animal e processamento que buscam, em todas as etapas, ter menor impacto possível para o meio ambiente a para a biodiversidade, não oferecendo, ao mesmo tempo, riscos à saúde dos consumidores. Nessa proposta, alimento limpo seria, por exemplo, aquele produzido sem uso

de agrotóxico e processado preferencialmente com mínimo emprego de aditivos químicos. **Alimento justo** é aquele que, durante todo o processo produtivo, oferece condições de trabalho justas para os produtores, tanto em termos de geração de renda como em relação ao respeito pela diversidade de culturas e modos de vida.

IHU On-Line - Qual é a importância de se repensar a qualidade dos alimentos e o tipo de alimentação de nossa sociedade?

Fabiana Thomé da Cruz - De modo geral, repensar a qualidade dos alimentos e da alimentação significa orientarmos nossas escolhas para atender ao conceito de alimento bom, limpo e justo, que discutimos. Se considerarmos que as escolhas alimentares que fazemos têm implicações diretas não apenas em nossa saúde, mas também na “saúde” do meio ambiente e nas condições de trabalho na agricultura, em vez de privilegiarmos modelos pautados pela produção massiva e padronizada de alimentos, podemos valorizar alimentos produzidos localmente, por produtores que tenham seus métodos de produção e processamento reconhecidos por respeitar à saúde dos consumidores o meio ambiente.

Repensar a qualidade dos alimentos e da alimentação significa reconhecermos que nós, consumidores, podemos influenciar os rumos da produção e sistema de distribuição de alimentos e, na medida do possível, orientarmos nossas atitudes, comportamento e, particularmente, nossas compras, para a valorização de modos de produção e distribuição de alimentos que, de acordo com a filosofia do Movimento Slow Food, sejam considerados bons, limpos e justos.

IHU On-Line - Quais são os principais

“É importante reconhecer que não se trata de determinar qual é a alimentação certa, mas sim de compreender que cada sociedade se alimenta de acordo com seus hábitos e sua cultura”

problemas decorrentes da alimentação errada, do estilo “fast”?

Fabiana Thomé da Cruz - Falar que existe uma alimentação “errada” supõem aceitar que existe uma alimentação “certa”. Contudo, é importante reconhecer que não se trata de determinar qual é a alimentação certa, mas sim de compreender que cada sociedade se alimenta de acordo com seus hábitos e sua cultura. Se tomarmos a diversidade alimentar de cada sociedade como “certa”, podemos argumentar que um dos desafios decorrentes da alimentação “errada” refere-se à perda da diversidade alimentar e culturas alimentares locais em prol de um modelo de alimentação homogeneizante, global, padronizado. Esse modelo de alimentação, que poderíamos genericamente considerar “fast”, tem por base alimentos altamente processados, ricos em gorduras, carboidratos, açúcares e sódio. Dietas com essas características, que nas últimas décadas vêm se difundindo rapidamente também no Brasil, apresenta como consequências problemas de saúde como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, hiperten-

são, etc. Mas é importante ressaltar que, além da perda de diversidade alimentar e de problemas associados diretamente à saúde dos consumidores, esse modelo apresenta também implicações ambientais (consequências de práticas de agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de insumos químicos), e implicações sociais (ocasionadas pela significativa marginalização e empobrecimento de produtores rurais).

IHU On-Line - Em que medida o Slow Food promove uma valorização de melhores hábitos alimentares e, também, de convívio e sociabilidade entre as pessoas?

Fabiana Thomé da Cruz - A tendência contemporânea aponta para a diminuição do tempo dedicado ao preparo e consumo de alimentos, a flexibilização dos horários e a individualização das refeições. Contudo, diferentemente da maioria das refeições durante a semana, feitas rápida e individualmente em frente à televisão ou ao computador, as refeições de final de semana ou de datas festivas requerem que pensemos os cardápios e quem serão os convidados com quem iremos compartilhar esses momentos. Nessas ocasiões, o cardápio é cuidadosamente pensando pelos anfitriões para responder ao estilo e ao gosto dos convidados. Essas atitudes remetem à forte associação entre comida e comensalidade, convívio, sociabilidade. O Slow Food, na medida em que promove a valorização e diversidade de ingredientes, receitas e hábitos alimentares locais, reforça o prazer presente na escolha de ingredientes, no preparo das refeições, na convivência e degustação da comida e incentiva que, na medida do possível, esse prazer esteja presente à mesa não apenas nos finais de semana e dias festivos, mas também diariamente.

O veneno está na mesa

Documentário em exibição nesta quarta-feira no IHU questiona o uso e o abuso dos agrotóxicos nos alimentos, e convida ao debate sobre que alternativas são possíveis para a produção de alimentos saudáveis, pontua Cláudia Witt

Márcia Junges

Nesta semana acontece a Semana da Alimentação, quando são realizadas atividades de conscientização e orientações alimentares e nutricionais para a comunidade em geral. Dentro dessa proposta, nesta quarta-feira, 19-10-2011, será exibido no Instituto Humanitas Unisinos - IHU o documentário O veneno está na mesa, das 19h30min às 22h, na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros. A produção, dirigida por Silvio Tendler, tem 50 minutos e é parte da programação do Ciclo de Debates: Alimentação saudável e sustentável. A nutricionista do Projeto Alerta da Unisinos, Cláudia Lílian Witt, é a debatedora da atividade. De acordo

com ela, um dos principais focos é o uso indevido dos agrotóxicos nos alimentos. O tema será abordado no debate que se segue à exibição do documentário.

“Pretendemos falar a respeito do uso dos agrotóxicos, pois a questão não é somente quanto ao uso dessas substâncias, mas sobre seu mau uso. Diversas pesquisas mostram grande contaminação nos alimentos, excedendo o permitido. Assim, serão apresentados aos participantes assuntos como os prós e contras do uso dos agrotóxicos e quem é a parcela mais prejudicada da população: os próprios agricultores ou os consumidores?”, questiona.

Outro aspecto que será debatido são os malefícios que essas substâncias trazem para a saúde, o que pode ser feito em termos de governo e fiscalização para o uso correto dos produtos e quais os alimentos mais contaminados.

De acordo com Cláudia, “os alimentos orgânicos são uma proposta de consumo mais natural e livre de

aditivos químicos. Contudo, sabemos que o custo é muito elevado para a sociedade adquirir. A questão é se temos condições de mudarmos esse conceito, e será que teremos com o passar do tempo mais condições de alimentarmos um país através dessas fontes?” Uma discussão sobre o que se espera para as gerações futuras em termos de doenças relacionadas ao consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos, sobretudo de moléstias crônicas não transmissíveis como o câncer é o outra temática que promete aquecer a conversa após o documentário.

Em relação ao meio ambiente, serão abordadas as modificações que nosso planeta está sofrendo. “Que medidas poderão ser tomadas para amenizar esses problemas, se é que existem? O que está acontecendo com o solo, árvores, animais e o ar que respiramos?”, questiona.

Confira a programação completa do Ciclo de Debates: Alimentação saudável e sustentável em <http://migre.me/5VoJY>.

TRABALHO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM DA GERAÇÃO Y

DATA: 27/10/2011

PROFA. MS ISAMARA DELLA F. ALLEGRETTI - COORDENADORA DO CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DA UNISINOS

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ACESSE NA PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Destaques

Serge Latouche e a economia de baixo carbono

Com o objetivo de debater e refletir sobre os desafios socioambientais e econômicos que a humanidade enfrenta na contemporaneidade, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU promove o Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades. No próximo mês de novembro, no dias 22, 23 e 25, o Prof. Dr. Serge Latouche, da Universidade de Paris XI - Sceaux/Orsay, estará na Unisinos participando do Ciclo, para falar sobre “outro modo de consumir”; sobre a “sociedade convivial e economia de baixo carbono” e sobre a “sociedade convivial: uma perspectiva eco-teológica”. Para saber mais sobre o evento acesse <http://bit.ly/fmmTpa>



A crise na narração cristã de Deus

A 63ª edição dos Cadernos Teologia Pública acaba de ser lançada com o artigo “A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico”, de autoria de Felix Wilfred, teólogo indiano. Em seu texto, ele questiona: “no contexto da crise da concepção cristã de Deus, perguntamos: Até que ponto o diálogo e o intercâmbio inter-religiosos poderiam ajudar a superar essa crise?”. A versão impressa dos Cadernos Teologia Pública pode ser adquirida na Livraria Cultural da Unisinos e/ou no endereço humanitas@unisinos.br E a versão em PDF do texto estará disponível a partir de 10-11-2011 no sítio www.ihu.unisinos.br

A clínica como resistência inventiva

Foi lançado recentemente o Cadernos IHU ideias número 156ª, que traz o texto “Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva” de Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon. No artigo, os autores, com base em seus cotidianos profissionais da clínica psicológica, afirmam que “imprimir uma resistência inventiva no ‘entre’ dos microlugares que formam a homogeneização do cotidiano se faz necessário, exatamente no ponto de inflexão entre o assujeitamento e a recusa aos mecanismos disciplinares e de controle.” A versão impressa dos Cadernos IHU Ideias pode ser adquirida na Livraria Cultural da Unisinos e/ou no endereço humanitas@unisinos.br E a versão em PDF do texto estará disponível a partir de 10-11-2011 no sítio www.ihu.unisinos.br

Siga o IHU no



(http://twitter.com/_ihu)

E também no

facebook

(<http://bit.ly/ihufacebook>)

Apoio:

